

palmas e palmeiras



george
pedrosa

palmas e palmeiras

1ª edição

**george
pedrosa**

Expediente

Projeto Experimental

Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Universidade Federal do Ceará

Julho de 2012

Autor

George de Araújo Bezerra Pedrosa

Orientador

Ronaldo Salgado

Projeto Gráfico e Ilustrações

Ramon Cavalcante

Diagramação

Dora Moreira

Sumário

Prólogo	pg. 09
Capítulo 1: Raízes	pg. 13
Capítulo 2: Fundações	pg. 21
Capítulo 3: Irmãos	pg. 47
Capítulo 4: Finanças	pg. 63
Capítulo 5: Palmas	pg. 75
Bibliografia	pg. 82

Agradecimentos

À minha mãe, Marlúcia de Araújo Bezerra. Sua força e personalidade humanitária são uma inspiração eterna. Espero um dia ser capaz de retribuir tamanha dedicação.

Àquela que me sugeriu o tema do livro, Natália Facó, cujo amor e graça de viver me tornaram uma pessoa completa. Cada minuto com minha maior conquista é um intervalo de profunda felicidade.

Ao meu irmão Ramon, pelo companheirismo de um ser humano admirável do qual tenho imenso orgulho.

Ao meu pai, Francisco Pedrosa, pela amizade e carinho durante todos esses anos.

Aos amigos que adquiri ao longo da vida. A capacidade de escolher grandes amizades sempre foi minha maior virtude.

A Parahyba e Bete, casal compassivo, abnegado e lutador, pelo apoio incondicional no desenvolvimento desta obra.

A Kássia, Airton, Rafael, George, Elane, José, Cícero, Amanda, Danilo, Rairton e Diogo por me deixarem documentar suas vidas extraordinárias e conviver mais de um ano com pessoas tão amáveis e talentosas.

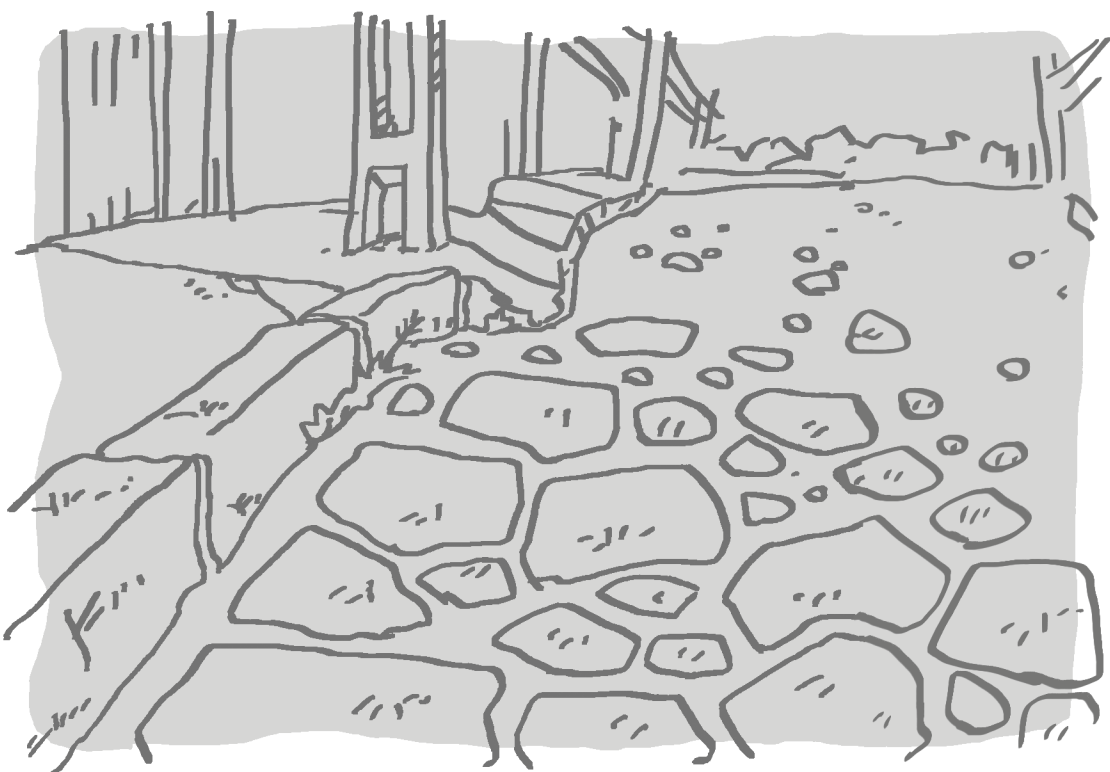
A Augusto Barros, Francisco José Cirilo, Célia Maria Alves, Maria do Carmo Pereira, Eliezio Pereira, Maria da Conceição de Almeida, Maria Josina da Silva e todos os entrevistados, por dividirem sem reservas suas memórias valiosas de união e lutas.

Um agradecimento especial a Yana Hissa por me enviar sua brilhante monografia sobre conjuntos habitacionais.

À professora Geísa Mattos, pelas informações fornecidas de forma solícita e pelo trabalho junto à população do Palmeiras. Seu belíssimo livro “A favor da comunidade”, o documento mais extenso e completo sobre o bairro, foi especialmente importante.

Ao meu orientador, Ronaldo Salgado, mentor paciente e dedicado, um ídolo profissional e de vida para todos os que têm a sorte de tê-lo como professor.

Acima de tudo, aos moradores atuais e passados do Conjunto Palmeiras, cuja resistência e companheirismo são uma inspiração para nossa cidade.



Prólogo

“Até desisti, por um tempo, parando na janela do quarto para observar as luzes e ruas profundas e iluminadas. É uma forma de morte, perder contato com a cidade desse jeito.”

- Phillip K. Dick, *We Can Build You*

Da pista para a estrada, da estrada para a calçada de pedra, entre a poeira e o calor do asfalto até ruas cobertas por areia e cinzas. Vinte quilômetros do centro da cidade, a fortaleza de concreto e alcatrão, descendo entre bairros de classe média, adentrando bairros de classe baixa, depois do Barroso e do São Cristovão, contra o vento, e então a favor, até uma pequena comunidade na direção Sul, cercada por carnaubeiras e catolés.

Raios de Sol banham capôs de carros e aquecem o asfalto. Nuvens dispersas dão um refúgio ocasional contra a alta temperatura. Em cada parada, pontuada por sinais de trânsito, camelôs, pedintes e limpadores de vidro compartilham espaço com artistas de ruas – arte itinerante dividindo o mesmo lugar com comércio e dependentes da caridade alheia, sobrevivendo de boas intenções e admiração genuína.

Na entrada para a Avenida Valparaíso, uma mensagem e uma saudação: “Bem-vindo ao Conjunto Palmeiras, o bairro da Economia Solidária”. Próximo à placa, vagando cabisbaixo pela rua, o cãozinho Cheira-Vento atravessa o meio-fio, farejando o rastro do ar produzido por uma barraca de salgados.

Principal via do bairro, a Valparaíso percorre os monumentos mais importantes, memórias de lutas remotas preservadas em muros e portões. Em uma rua perpendicular à avenida encontra-se a Paróquia da Igreja Católica, um palco de debates intensos que deram origem a diversas transformações, antigo lar dos padres Chico Moser, Luís Fornasier e outros sacerdotes identificados com a Teologia da Libertação e ponto de encontro das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), importantes forças sociais no cotidiano do Palmeiras em décadas passadas. Há alguns anos, a paróquia contava com uma cooperativa de costureiras, escola de capoeira, uma horta comunitária – onde as pessoas aprendiam sobre cultivo de ervas medicinais – e até mesmo uma rádio FM.

Hoje em dia, a única relíquia desses tempos é a Palhoça, uma barraca circular e bem ventilada ao lado da igreja, local que, ainda hoje, serve como ponto de encontro para as discussões sobre o bairro, organizadas por lideranças comunitárias.

Em frente à paróquia, um campo de futebol e uma pracinha, polo de lazer dos habitantes. Em alguns dias do ano, feirinhas são organizadas, com venda de roupas, artesanato e manifestações esporádicas de poetas e artistas de rua. Apresentações musicais quebram a rotina diária de uma comunidade cujos habitantes se sustentam principalmente pelo comércio local.

Próximo à praça, o Circo Escola, instituição bancada pelo Governo do Estado, dedica-se a educar e ensinar artes circenses às crianças da comunidade. Meninos e meninas malabaristas, aprendizes de palhaço, contorcionistas, acrobatas e músicos, a nova geração de artistas do Palmeiras. A lona azul que cobre a instituição é um marco visual do bairro.

Atrás da paróquia, ainda na Valparaíso, a Escola Marieta Cals, principal instituição de ensino mantida pela Prefeitura, conta com uma infraestrutura atípica comparada a outras escolas públicas de ensino fundamental do Estado: muros coloridos, portões de alumínio, pátio coberto e limpo, salas de aula em bom estado de conservação.

O observador que adentra o colégio jamais imaginaria que, quatro décadas atrás, o lugar havia sido improvisado no interior de uma estrebaria de animais. Os poucos estudantes eram frequentemente surpreendidos pelo mugido de um boi curioso cuja cabeça adentrava a janela da sala de aula, causando risadas até mesmo entre os professores.

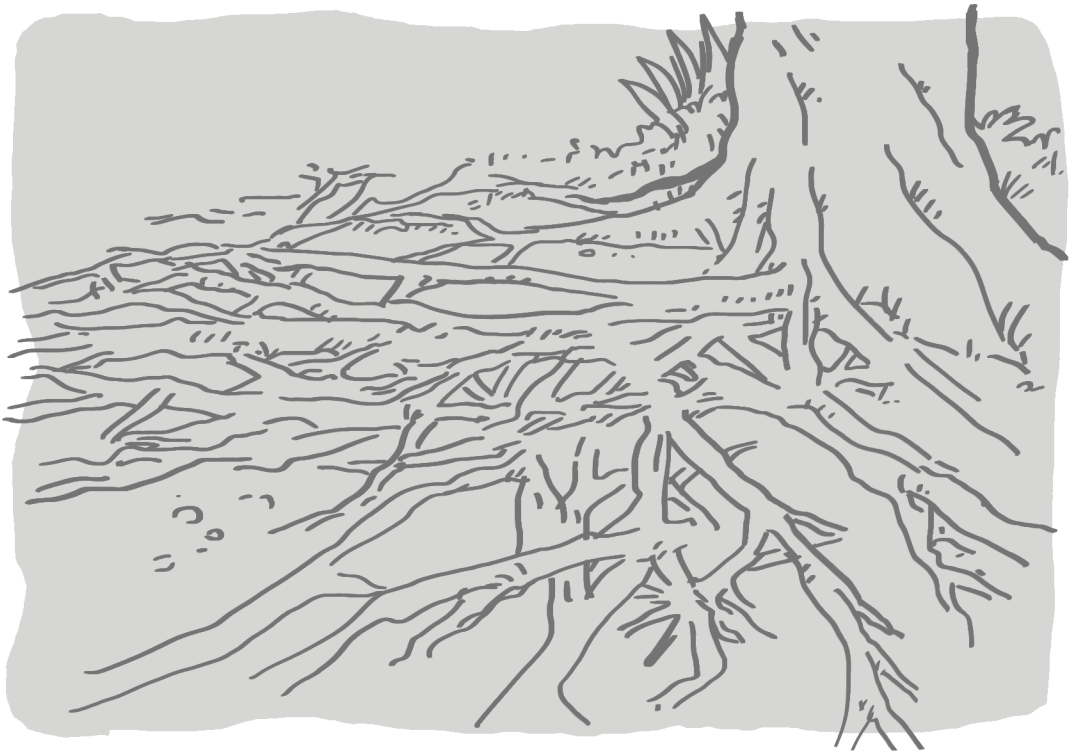
Ao lado da escola, a Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras, apelidada de Creche Grande por ser a maior do bairro, é o lugar onde as crianças recebem as primeiras lições de vida. A creche foi fundada pela primeira leva de habitantes em 1982. Anteriormente, obtia financiamento direto do Governo do Estado. Hoje, encontra-se sob responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza. Um grupo de mulheres trava uma batalha diária não só para conseguir manter a instituição funcionando, mas também para afastar os infantes da criminalidade e da cultura das drogas, as quais usurpam uma parte significativa da juventude do bairro.

Descendo a Valparaíso, um pouco mais adiante, encontra-se aquele que é, talvez, o marco mais famoso da comunidade: o Banco Palmas. A instituição foi fundada em 1997, quando a urbanização do bairro aumentou drasticamente o custo de vida da população. O objetivo era gerar trabalho e renda para os moradores dentro da própria comunidade, desestimulando a venda de casas e a mudança para outras favelas da cidade e consagrando, entre os habitantes do bairro, a prática da Economia Solidária, um sistema diferenciado de organização de atividades econômicas baseado na autogestão e no cooperativismo.

A moeda emitida pelo banco, a *palma*, serve como incentivo para que os ganhos e investimentos monetários permaneçam sempre na comunidade. Quando querem saber se os transportes coletivos que percorrem o bairro aceitam a moeda local, os habitantes batem as mãos: “Aceita palmas?”

Distantes da avenida principal, onde predomina o comércio, e prostradas ao longo das vias de circulação pavimentadas com pedra tosca, as casas da comunidade são, em sua maioria, relativamente bem cuidadas e de fundações sólidas. O predomínio de muros de tijolos sem tintura e com materiais de construção sempre por perto deixa claro que as reformas são constantes.

Os moradores, ao serem abordados pelos diversos estudiosos e visitantes que adentram o bairro para aprenderem mais sobre a peculiar organização monetária da Economia Solidária, afirmam, simpáticos, que, depois de tanto sacrifício, jamais pretendem sair dali. Identificam-se mais com o bairro do que com a própria cidade onde vivem. Eles lembram os primeiros anos da fundação do local e as dificuldades da “vida de índio”, compartilham sorrisos enquanto dividem memórias de um tempo em que as palmeiras abundavam – árvores que, ainda hoje, observam ao fundo, selvagens e altivas, testemunhas de êxodos e lutas ancestrais.



Capítulo I: Raíces

*“As raízes de todos os seres vivos
estão amarradas. Embaixo do chão da
existência, elas se enrolam e se abraçam.*

*(...) Se olharmos profundamente,
descobriremos que não temos uma
identidade separada, um ‘eu’ que não
inclui Sol e vento, terra e água, criaturas
e plantas, e um ao outro.”*

- Joan Halifax Roshi, *Essential Zen*

Do outro lado da cidade, no auditório Deputado Castelo de Castro, em um prédio ao lado da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Companhia Bate-Palmas toca. Cinco de seus membros realizam um pequeno show de abertura para uma palestra do economista Paul Singer. Airton, Elane, Amanda, Cássia e Parahyba repetem o mesmo ritual que abre cada uma de suas apresentações: formam um pequeno círculo em frente à audiência, unem as mãos, levam-nas ao ar e gritam, cadenciadamente, o nome da banda para todos ouvirem.

“Companhia... Bate-Palmas!”

É uma prática despretensiosa e levemente infantil, mas bastante representativa da dinâmica central do grupo. É como se nenhum deles desejasse para si a responsabilidade de apresentar a banda para a audiência, arriscando ser erroneamente visto como líder, optando, então, por uma saudação coletiva.

O músico cearense Parahyba, mentor do grupo, é um homem de 50 anos, de aparência excêntrica e energia contagiante. Ele veste uma calça azul clara, camisa preta e uma boina com as cores da Jamaica. A barba está pintada de roxo desde o último Carnaval. Airton, único garoto do grupo presente, veste uma camisa bege com gola em V e calças jeans. As meninas usam vestidos coloridos de aparência indiana e têm os cabelos presos em finas e abundantes tranças.

O visual exótico dos membros da banda contrasta com o ambiente estéril e burocrático do auditório da Assembleia, cujas cadeiras são ocupadas por políticos de terno e senhoras bem-vestidas que vieram assistir à palestra sobre “Crédito produtivo para mulheres do programa Bolsa-Família”. O próprio Singer, uma autoridade nacional em Economia Solidária, está na primeira fila, seu semblante uma mistura de curiosidade e fascinação.

Parahyba pega o microfone e, orgulhoso, dá a notícia de que a jovem Elane foi recentemente aprovada no vestibular do curso de Filosofia

da Universidade Estadual do Ceará. Ele agarra o violão e pede que os presentes se unam em uma performance da música “Parabéns para você”, em homenagem à jovem vocalista da banda. Todos batem palmas.

Elane tem 22 anos, mas aparenta ser um pouco mais nova. Morena, baixa e magra, de aspecto frágil como uma boneca de porcelana, a jovem canta com vigor inversamente proporcional à estatura, um dom que, quando descoberto, agradou e surpreendeu a garota.

Sofrendo de problemas de dicção, a garota tem uma fala marcada por pausas e surtos de gagueira. O nervosismo agrava a condição e diminui sua capacidade de ser compreendida. Apenas em duas situações ela consegue se expressar claramente: uma é quando conversa com amigos próximos e familiares, que conseguem deixá-la suficientemente confortável; a outra é quando canta.

Com o fim das palmas, o grupo dá início à primeira música da apresentação. Como a maioria das canções da banda, “Raízes da Angola” foi composta por Parahyba. Os arranjos musicais, no entanto, representaram um esforço conjunto do grupo. A arte da Companhia Bate-Palmas é uma criação coletiva, um amálgama da criatividade enérgica dos membros jovens domada pelo pragmatismo e pela experiência de vida de Parahyba.

Elane é quem se coloca de frente à plateia para cantar. Sorrindo, movimenta-se para os lados enquanto canta e dança. A garota extrai prazer de cada nota, deleitando-se com cada verso. É nesses momentos que pode se expressar plenamente, sem medo de ser incompreendida, sem receio de perder a atenção dos interlocutores. Aqui, ela brilha com intensidade, torna difícil o ato de desviar os olhos de seu semblante, de ignorar sua presença magnética. Incomodada com a visão que os outros fortalezenses têm do Conjunto Palmeiras, movendo-se com graça e sutileza, ela encara os membros da plateia nos olhos. “É isso que nós somos”, exprime, convicta, gravando a mensagem em suas mentes. “É isso que eu sou”.

Enquanto Parahyba fornece o ritmo do violão, os outros membros cuidam da percussão. Amanda, irmã mais velha de Elane, tem 24 anos e é mais circunspecta durante as apresentações que a jovem vocalista. O rosto é dominado por uma expressão séria, a linha da boca reta e rígida. Ela concentra-se no instrumento que está tocando, o agogô, objeto da música tradicional yorubá formado por múltiplos sinos que são batidos por uma baqueta.

Cássia e Airton tocam tambores com as mãos. A garota tem 23 anos, pele negra, olhos puxados e maçãs do rosto salientes. Ela mantém

o sorriso debochado de alguém que lembra constantemente de uma piada particular. Com sua beleza exótica, vestido longo e longas tranças, Cássia é a imagem viva de uma deusa africana, o que é mais do que apropriado para a performance de uma canção que versa sobre descendência negra, capoeira e quilombolas.

De pose segura, por sua vez, Airton, de 17 anos, pontua cada batucada no tambor com o sorriso de alguém que, já há algum tempo, aprendeu a confiar nas próprias habilidades. O bumar do instrumento ecoa pela sala, penetra no cerne daqueles que se encontram presentes, alguns dos quais mal conseguem conter o movimento do corpo, em sintonia com a percussão. O tambor é um coração, cada uma de suas batidas bombeando vida para donas de casa e engravatados através do ar vibrante de um auditório acostumado a discursos monocromáticos de políticos e acadêmicos.

Depois de mais duas músicas, a apresentação chega ao fim. A banda se despede entre aplausos. Do lado de fora do auditório, discutem erros cometidos. Elane reclama de uma certa pobreza no som. Parahyba, diplomático, garante que a performance foi bem sucedida. “Fomos cinco fazendo o trabalho de 15, parceira”, afirma, referindo-se ao restante da banda.

Quando deixam o prédio, alguns minutos mais tarde, são abordados por duas das senhoras que estavam presentes no auditório. “Vocês foram ótimos, foram realmente muito bons”, uma delas afirma. Elas já tinham visto a banda em um show no Carnaval da Praia de Iracema e vieram somente para testemunhar outra apresentação. Parahyba agradece.

Satisfeitos, eles arrastam os instrumentos para o carro, a luz do Sol esquentando as costas. Tendo adentrado os muros da fortaleza e deixado em seu templo uma marca indelével do lar, eles cumpriram a missão. Agora, retornam ao bairro de onde vieram, ao encontro dos outros membros da banda. De volta para as palmeiras e para as estradas de pedra. De volta para casa.



Os jovens membros da Companhia Bate-Palmas são moradores do Conjunto Palmeiras. O bairro se situa em um grande baixio ao Sul da cidade, cortado por um riacho que vira lagoa e desemboca no rio Cocó.

A comunidade tem uma história conturbada marcada pelo descaso do Estado. No início dos anos 1970, o local serviu de laboratório para uma tentativa de “limpeza sanitária” por parte do governo da ditadura

militar. A Fundação de Serviço Social, órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza da época, então ocupada por Vicente Fialho, retirou, ao todo, 1.500 pessoas de áreas pobres da cidade consideradas arriscadas e realocou-as para uma região localizada a 22 km do centro da cidade.

Transportados de forma rústica em caçambas, removidos de favelas como Poço da Draga, Verdes Mares, Moura Brasil e Morro das Placas, os habitantes resistiram a uma longa e desconfortável viagem até serem despejados dentro do Conjunto. Ao colocarem os pés no chão, ficaram surpresos ao verem-se em uma região pantanosa marcada por alagamentos e coberta por mato. O solo enlameado sujava os calçados e as poucas bagagens trazidas.

Tal revelação representou uma ironia particularmente cruel para os ex-moradores da favela Lagamar. Em 1974, uma grande enchente desabrigou os habitantes e obrigou o governo a mantê-los no Estádio Presidente Vargas durante alguns meses, antes de transportá-los para o Conjunto Palmeiras. Foram convencidos a desistir de retornar ao local onde moravam com a promessa de que jamais teriam de conviver novamente com inundações iguais àquelas causadas pelas cheias do rio Cocó.

Sem energia elétrica, calçamento ou mesmo saneamento básico, isolados geográfica e economicamente, os moradores do Conjunto Palmeiras construíram barracos de lona precários e de pouca confiança. Aguentaram as primeiras estações chuvosas em meio a goteiras e poças. Muitos pereceram, vitimados por gripes, pneumonia, leptospirose, hepatites e outras enfermidades disseminadas pela água e intensificadas pela falta de estrutura das casas e pela ausência de fossas e esgotos.

Na falta de um sistema de água encanada, os moradores cavavam buracos para conter a água da chuva. Sem outra opção, bebiam junto com os filhos a lama viscosa e marrom, compartilhando entre si aquele gosto amargo e a sensação da areia quebrando desconfortavelmente entre os dentes.

A morte de infantes, vitimados por doenças transmitidas pela água contaminada, era comum. Uma ocupação com altíssima demanda era a fabricação de caixões para bebês. As pequenas peças de madeira eram enterradas nos arredores do próprio conjunto habitacional, antecipando a declaração orgulhosa dos que, no tempo presente, afirmam que não saem do Palmeiras nem mortos.

As reclamações entre os recém-alocados eram constantes. A maioria preferia nunca ter abandonado a relativa segurança do lugar onde morava anteriormente. Não entendiam por que haviam sido despejados em um local tão distante do resto da cidade.

A lógica do governo, em sua meticulosa crueldade, fora impecável. Não só havia conseguido despejar famílias cujos locais de moradia encontravam-se no caminho de grandes avenidas a serem construídas, como ainda teve sucesso em remover elementos considerados indesejados para a cidade.

Em grande parte desempregados e analfabetos, os habitantes do conjunto habitacional não tinham como retornar – tiveram de sobreviver e se adaptar do jeito que podiam. Jogados subitamente em um ambiente hostil e inóspito, reacenderem a memória coletiva de seus ancestrais. Muitos passaram a caçar animais locais, como soins e muçuns, assando-os em fogueiras.

A combinação de vestimentas e instrumentos rústicos, moradias precárias, flora abundante e habitantes pobres e miscigenados dava ao local uma aparência de aldeia aborígine. A área problemática passou a ser conhecida pelo resto da cidade: os moradores que ocasionalmente visitavam outros bairros eram alvo, ao mesmo tempo, de dó e preconceito.

Os primeiros anos no Conjunto Palmeiras foram períodos de provação e sofrimento. Mas os novos habitantes não desistiram. De alguma forma, transformariam o destino final de seu êxodo em um lar. Drenaram forças uns dos outros, alimentaram-se de esperanças e sonhos alheios. Conquistando um dia após o outro, contra todas as expectativas, perseveraram.



Quando Parahyba pede atenção, as piadas cessam e a atenção dos pupilos é direcionada para o músico. A sede da banda, localizada, simbolicamente, em frente ao Banco Palmas, do outro lado da avenida Valparaíso, abriga, no centro, uma pequena sala climatizada que representa um laboratório para os impulsos artísticos dos membros da companhia.

Os ensaios são marcados por doses de criatividade destiladas a partir de piadas, discussões, improvisação, experiência e técnica. A serendipidade, a criação acidental, brota do embate artístico entre espíritos com influências e trajetórias distintas, mas um objetivo em comum: transferir para os instrumentos uma música que sintetize o talento e identidade artística daquele grupo, utilizando, como base, ritmos que misturam influências predominantemente africanas e nordestinas, como afoxé, reggae, baião, rap, samba e rock.

No centro das discussões, com uma atitude segura e firme, encontra-se Parahyba. Carismático e bem-humorado, o músico discute

os erros cometidos durante o show, uma nota dissonante aqui, falta de empolgação de um membro acolá. Com tato suficientemente apurado para manter unidos todos os egos juvenis presentes naquela sala, Pará, como é chamado pelos amigos, jamais se dá por satisfeito, analisando metodicamente as gafes cometidas no palco. Como qualquer grande líder com potencial agregador, no entanto, não faz questão de esconder a admiração e o respeito pelo talento dos companheiros.

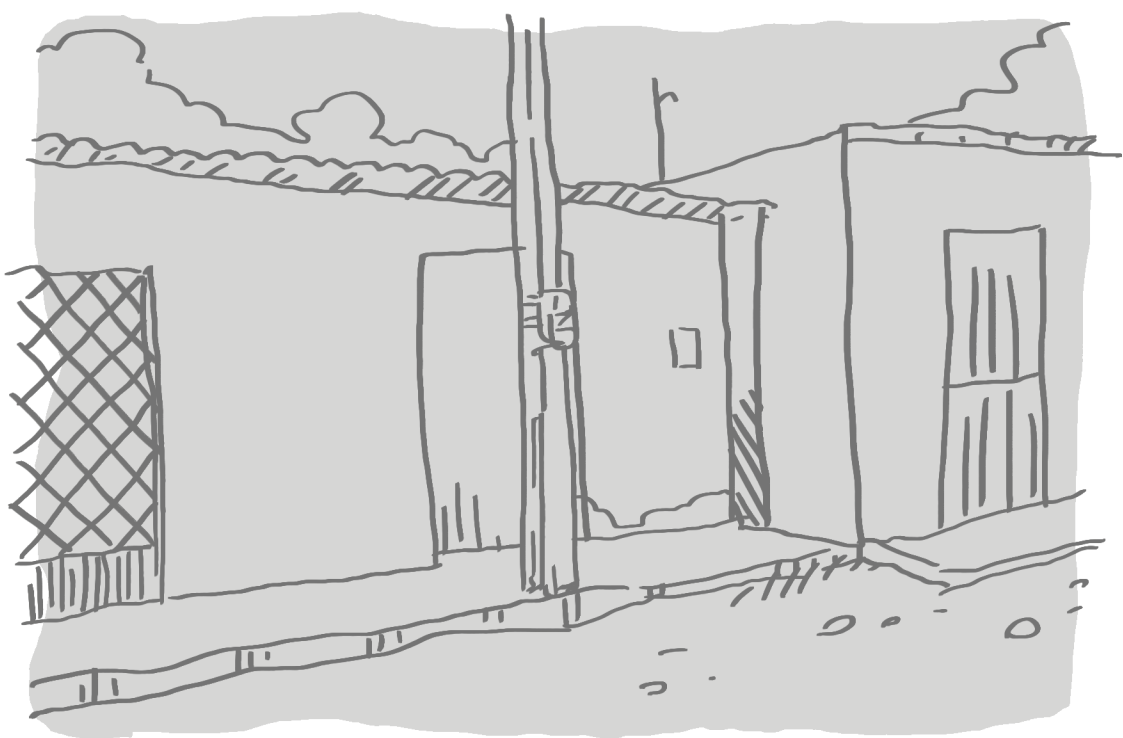
A sala onde se encontram é fria, bem iluminada e, na maior parte dos dias, levemente bagunçada. Papéis com propagandas de shows são casualmente jogados nos dois bancos de mármore pregados em paredes de lados opostos, juntos a canetas, instrumentos de som e cópias de editais. As portas são forradas com espumas isolantes, para não incomodarem os vizinhos. Em um canto da parede, encontra-se um mural com várias fotos dos membros, parentes e amigos da banda. No chão, almofadas e banquinhos. A bagunça é um microcosmo de ambientes criativos, onde a criação brota do caos.

Como o frio do ar-condicionado dilata as cordas e desafina os instrumentos, foi estabelecida, adjacente ao local dos ensaios, uma sala para comportar os objetos musicais manufaturados pela própria banda. Em uma mesa de pedra, podem ser vistos timbas e timbais, tambores derivados do caxambu, um instrumento cerimonial utilizado na dança afro-brasileira Jongo, da qual surgiu o ritmo musical do samba. Não por acaso, timbas e timbais são instrumentos essenciais em mesas de pagode. Também na mesa encontram-se um agogô de coco, um abê, instrumento que lembra um chocalho coberto por uma rede de bolinhas de madeira, tambores de tamanhos variados e vários pares de baquetas.

A casinha de ensaios é, ocasionalmente, visitada por pessoas de fora, admiradores da banda, estudantes, pesquisadores, estudiosos e até turistas. Nessas ocasiões, o grupo improvisa uma pequena apresentação de alguma de suas músicas. Numa segunda-feira, foram visitados por um casal de turistas franceses que vieram conhecer o Banco Palmas e os projetos sociais do bairro.

Em uma quarta-feira de outro dia, estudantes em programa de intercâmbio da Instituição Diaconia, uma ONG evangélica com sede em Recife dedicada ao combate à pobreza e ao desenvolvimento social, lotaram a sala de ensaios durante uma visita surpresa. Pela manhã, os jovens visitantes haviam participado de apresentações sobre economia solidária ministradas pelos funcionários do Banco Palmas. À tarde, passaram a conhecer o bairro. A primeira visita, naturalmente, se deu à sede da Companhia Bate-Palmas.

Entrincheirados na sala, apertados entre uma pequena multidão de jovens admiradores, com apenas cinco membros e sem a presença de Parahyba, a banda apresenta-se para os visitantes curiosos. Elane, insistindo em servir como porta-voz do conjunto, sobe em um tamborete e conta, de forma resumida, a gênese do grupo musical.



Capítulo 2: Fundações

*“...era a estação da Luz, era a estação da
Escuridão, era a primavera da esperança,
era o inverno do desespero, tínhamos
tudo adiante, não tínhamos nada a nossa
frente, íamos todos direto para o Céu,
íamos todos na direção contrária.”*

- Charles Dickens, Um Conto
de Duas Cidades

As 1.500 famílias transferidas para o Conjunto Palmeiras na primeira metade dos anos 1970 receberam lotes demarcados com 10 metros de largura por 20 metros de comprimento, distribuídos por 100 quadras de 36 lotes. Para acomodar os novos habitantes, na segunda metade da década, o tamanho dos lotes diminuiu à medida que a população foi aumentando: primeiro, para oito metros por vinte; depois, para cinco metros por vinte. As prestações pelo valor do terreno eram pagas mensalmente à Prefeitura.

Diferentemente dos conjuntos habitacionais construídos em anos recentes pelo Estado, o Palmeiras nada mais era do que um terreno oficialmente demarcado, uma unidade geográfica capturada, porcamente empacotada e entregue em mãos como um legítimo presente de grego.

A título de comparação, os conjuntos residenciais do Projeto Vila do Mar, iniciativa da Prefeitura de Fortaleza em 2011 para revitalizar a orla da cidade, contam com infraestrutura integral – moradores de áreas consideradas de risco pela administração municipal, como Pirambu e Cristo Redentor, foram realocados para casas com dois quartos, sala, área de serviço, varanda e cozinha, além de quadra de esportes comunitária e rondas policiais. Os moradores também contaram com a opção de receber indenização proporcional ao valor das casas onde moravam, caso não desejassem residir em uma das unidades habitacionais.

No Palmeiras, não havia água encanada, eletricidade, saneamento básico, transporte, escolas, hospitais ou qualquer tipo de estrutura necessária para uma vida em sociedade minimamente digna. A improvisação era a norma: assim como muitas moradias pobres atuais, as habitações eram construídas de forma precária, com taipa, madeira e papelão. Uma boa parte dos que inicialmente manifestaram esperança com o novo lar acabou voltando para os bairros onde moravam.

Uma pesquisa realizada no Lagamar em 1981 mostrou que a área ribeirinha do Canal do Tauape ficou vazia depois do remanejamento dos moradores ao Palmeiras. Apenas três anos depois, diversas famílias já

havia ido embora do Palmeiras e voltado para o terreno que ocupavam.

“Não tinha transporte, não tinha ganho para ganhar dinheiro para comer, não tinha trabalho. Era muito longe”, apontou um dos entrevistados no relatório. A principal motivação, portanto, era a falta de emprego, um problema intensificado pela falta de transporte coletivo e pela distância do restante da cidade, onde havia mais oportunidade de trabalho.

Fortaleza passou por um período de intenso crescimento populacional nas décadas de 50 e 60. A migração do campo para a cidade resultou em grande concentração urbana e desenvolvimento industrial. O subsequente aumento na quantidade de sem-tetos e população de baixa renda gerou uma demanda fortíssima por melhorias sociais.

Com a ascensão da ditadura militar, a partir de 1964, os setores mais pobres foram empurrados por prefeitos, subordinados aos planos de engenharia urbana e social do governo autoritário, para a periferia dos municípios. Com a marginalização do povo, a ameaça de manifestações sociais motivadas pelo caos urbano seria, a princípio, mitigada.

O deslocamento dos moradores pobres também foi motivado pela especulação financeira. A ideia era valorizar áreas da cidade com alto potencial de lucro para o mercado imobiliário, como aquelas próximas da orla, construindo grandes obras e avenidas e expulsando a população miserável desses locais, jogando-a para os limites da cidade.

O afastamento da população pobre para a periferia é uma característica de países de terceiro mundo como o Brasil, uma dinâmica que é muitas vezes invertida em outras nações. Em países anglo-saxões como Estados Unidos e Canadá, os arredores das cidades, chamados de subúrbios, têm baixa densidade populacional e são destinados a famílias de classe média e alta, que moram em grupos de casas parecidas entre si, desenvolvidas por empresas do setor imobiliário como manifestações físicas do ideal do “sonho americano”. A tendência entre os habitantes mais ricos das cidades, em sua maioria brancos, é afastar-se dos centros urbanos em busca de mais segurança e conforto. A percentagem de grupos étnicos minoritários vivendo em subúrbios é mínima. Hospitais, escolas e estabelecimentos comerciais periféricos de alta qualidade suprem a demanda da população elitizada.

No Brasil, o raciocínio é inverso. As áreas limítrofes da cidade são destinadas a famílias de renda baixa, formadas por mestiços de africanos e índios, afastados dos centros comerciais e da infraestrutura urbana de alto nível, dependentes de hospitais e escolas públicas, de qualidade quase sempre inferior. Uma modalidade de engenharia urbana que é, ao mesmo tempo, social e racial.

No Palmeiras, não foi diferente. No entanto, além da escassez material, havia um vácuo espiritual, pois o bairro não tinha padres entre seus moradores, uma ausência grave em uma comunidade religiosa pobre e ignorada pelo governo. Os habitantes se reuniam em novenas ao redor de árvores, jogando aos céus os pedidos que não eram atendidos pela gestão municipal. Uma vez por mês, a comunidade recebia a visita de um sacerdote, o padre Monsenhor Souto.

Durante as novenas, nas pausas entre as orações, em meio a conversas e discussões, um sentimento de indignação com o estado precário das moradias era semeado. A insatisfação era maior entre as mulheres, que, além de trabalharem, eram responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado das crianças, além de se verem particularmente atingidas pela ausência de médicos na comunidade. Elas se identificavam com a figura de Maria, enxergando a figura da mãe de Jesus como simbólica da mulher trabalhadora, marcada por sofrimento e preocupada com o bem-estar da família.

Quando o Palmeiras era apenas um terreno loteado, o parto era um desafio e uma constante fonte de tensão. Uma mulher em particular, identificada como Maria Parteira pelas moradoras, era encarregada de ajudar as mulheres grávidas no momento do parto. Os recursos eram mínimos: os bebês eram colocados em cima de papéis e pedras. Alguns partos eram feitos ao ar livre, embaixo de árvores. Posteriormente, construíram a Casa de Parto em um terreno doado, vizinho ao Centro Comunitário. Hoje, o local abriga uma escola.

Cabia às moradoras do conjunto habitacional a tarefa de, sem equipamento e usando as próprias mãos, remover o mato dos terrenos loteados. Como pagamento, recebiam, aos sábados, das mãos de técnicas de serviço social, alimentos como milho, pão e arroz, algo que gerou indignação entre os habitantes mais politicamente atuantes, como o líder comunitário Augusto Barros, que chamava as assistentes sociais de “insistentes sociais”, pelo aparente descaso com as mulheres trabalhadoras da comunidade.

Tais representantes da Prefeitura faziam parte de um plano geral de burocratização das relações entre o Estado e as lideranças comunitárias. A administração municipal queria controlar diretamente as reivindicações da população através do intermédio, de um lado, de técnicos de serviço social, e, do outro, de líderes comunitários. Foram criadas organizações divididas em quadras, cujos líderes deveriam negociar as demandas coletivas junto aos representantes do governo. Ainda hoje, alguns dos agentes

comunitários que participaram desse processo cumprem o papel de mediadores entre a população e os candidatos a cargos políticos que inevitavelmente brotam no bairro em épocas de eleições.

As assistentes sociais tinham como base o Centro Social Urbano (CSU), que contou com a presença do ex-presidente Médici durante sua inauguração, em 1978. Os Centros Sociais Urbanos criados pelo regime militar tinham como força motriz a necessidade de acomodar as contradições inerentes nas relações entre o governo – voltado para a elite econômica do País e para a classe média em trajetória de ascensão – e as comunidades pobres, oferecendo assistência social e médica, cursos profissionalizantes, educação, esporte e cultura. No Palmeiras, o CSU disponibilizava alimentos como arroz e cuscuz e medicamentos, geralmente anestésicos e antibióticos, para aqueles que se aproximassem pedindo ajuda.

Augusto Barros, um dos líderes comunitários mais atuantes no bairro, um senhor carismático de barba e cabelos brancos, pele escura, jeito paternal e oratória cativante, mudou-se para a área em 1976. Anteriormente, morava na Rua do Mulango, no bairro Sapiranga. Dois anos antes, tinha visitado o conjunto recém-fundado e não havia gostado do que vira, mas, sem muitas opções, acabou migrando com a família para o local, onde vive até hoje.

Durante a trajetória como líder comunitário no bairro, Augusto filiou-se ao PT e passou a trabalhar para candidatos do partido nos períodos de eleição, como o vereador Guilherme Sampaio e o deputado federal Artur Bruno.

Qualquer pessoa que tenha a pretensão de compreender a personalidade de Augusto Barros deve levar em consideração um episódio específico de sua vida no Palmeiras. Um dia, depois do trabalho, Augusto voltou para casa para dar de encontro com Marcos “Drogadinho” – um rapaz viciado notório por cometer furtos na vizinhança – sentado no sofá assistindo televisão. Sem sequer considerar a ideia de expulsá-lo, Augusto ofereceu comida ao intruso e sentou ao lado dele para assistir à programação televisiva.

“O Palmeiras não tem marginais, tem pessoas marginalizadas”, ele costuma dizer.

Augusto lembra que, no começo, a única fonte de água eram buracos perfurados no chão para atingir o lençol freático ou segurar a água da chuva. O líquido era viscoso e lamacento. Além de tudo, tinham que impedir os moleques do bairro de defecar nos buracos. Doenças e verminoses transmitidas pela água eram comuns, e a mortalidade

infantil atingia níveis altíssimos – cinco crianças chegavam a morrer por dia. Os pais se aproximavam de Augusto pedindo para que construísse caixões para seus filhos.

Um tempo depois, um chafariz foi construído na casa de dona Toinha, antiga moradora do bairro. Os trabalhadores acordavam cedo, em torno de 4 horas da madrugada, para buscar água. O líquido era levemente salubre, mas era a única água à disposição da população. As filas eram grandes e as brigas, constantes, principalmente entre mulheres. Muitos ficavam até 10 horas da noite para conseguir apenas uma lata de água.

Marcado pela fé católica, Augusto enxerga, na religião, uma fonte de energia e pedra de sustentação imprescindível em tempos de sofrimento. Apesar disso, jamais deixou a espiritualidade mitigar a indignação com as desigualdades e a sede por justiça social. Decepcionado com o que enxergava como indiferença por parte dos proponentes da Renovação Carismática, identificou-se, ainda cedo, com o incentivo à luta de classes da Teologia da Libertação, trazida pelos primeiros padres que foram morar no Conjunto Palmeiras, personagens que tiveram papel fundamental nas batalhas árduas que seriam travadas em anos subsequentes.



Parahyba nasceu Aluizio Medeiros em 1959, na cidade de São João do Sabují, no Estado da Paraíba. Morava em uma fazenda com os pais e era o mais velho de nove irmãos e irmãs.

As primeiras impressões artísticas que teve foram quando visitava a cidade e via artistas de rua, cordelistas, *cantadores* e emboladores nas ruas. Ocasionalmente, os ciganos itinerantes do Chefe Marinheiro visitavam a fazenda do pai. Eram amistosos, traziam novidades e animais para troca, enxergavam o futuro nas linhas das mãos por dinheiro. Em uma das visitas, trouxeram um violão. Foi uma das primeiras impressões musicais de Pará.

Os ciganos, às vezes, roubavam cavalos dos estábulos e entravam na casa pelas portas dos fundos para furtar utensílios. Se fossem pegos, os outros companheiros se encarregavam da punição corporal. O castigo era mera cortesia para os anfitriões, pois os próprios líderes também cometiam furtos.

Vivendo uma vida que misturava arte e sobrevivência bruta, eles moravam por algum tempo em tendas nas proximidades de fazendas

antes de continuar viajando pela estrada. Os visitantes fascinavam e assustavam o jovem Aluizio. Desde cedo, contemplou um intercâmbio entre a arte e a marginalidade. Os ciganos costumavam vender animais “enfeitados”, cavalos velhos que tinham pelagem pintada e dentes e unhas polidos com cacos de telha para parecer mais jovens.

Com sete anos, Aluizio foi estudar em uma pequena vila da Paraíba. Cantava no balcão da mercearia local, para ganhar bombons, e em bares, sendo aplaudido e acompanhado nas canções pelos bêbados locais:

*“Eu dei um pulo por cima da macambira,
se der outra, pé na vida, corro mais do que preá.
Eu dei um pulo por cima da ligeireza,
quebrei tamborete e mesa, cadeira de balançar!”*

O pai, quando o flagrava no ato, brigava com o garoto e o proibia de continuar cantando em público. Talvez, já naquela época, tivesse medo de que o filho mais velho enveredasse pela música.

Veio para o Ceará em 1969, para Tauá, no sertão dos Inhamúns. Na “terra do Diabo”, estudou em colégio de freiras. A cidade era extremamente quente e árida. Contava-se, entre sorrisos desconexos, que, durante o Dilúvio, a cidade ficou apenas nublada.

Na adolescência, aprendeu a tocar violão e formou uma banda com os colegas de escola, a “Som Brasil”, tocando na igreja e na praça, pontos de encontro da juventude local. Começaram a ir a festas e farras. Compraram o violão com o dinheiro economizado de meses de merenda. O pai continuava irredutível:

“Aqui em casa, entra você ou o violão.”

Deixava o instrumento na escola. Quando o grupo acabou, Aluisio foi quem ficou com ele. A resistência do pai vinha pelo fato de que já tinha investido as fichas no filho mais velho: deu-lhe uma boa educação, que não podia dar a todos os irmãos, e esperava que o primogênito pudesse colher os frutos e ajudar a família mais tarde.

Aluisio namorou a filha do seresteiro da cidade, seu Agamenon. Após o término do namoro, continuou amigo do pai da garota, com quem bebia e tocava músicas. Quando o velho cantor mudou-se para Fortaleza, convidou o garoto para ir junto.

Ao chegar à capital, em 1977, com 17 anos, teve liberdade total. Morou na Vila Filomeno Gomes, atrás da Marinha. Chegou durante o ápice do sucesso de Raul Seixas, por quem tinha uma completa fascinação. Levava o violão para todo canto, pegava trem e carona para vários lugares. Conheceu

Luis Gonzaga em uma exposição de gados no Cariri.

Adotou um estilo de vida “hippie”, entre amigos com um apreço semelhante por arte, boemia e cabelos grandes. Passou longe da moda de discotecas e música americana e trouxe canções de Luiz Gonzaga, Raul Seixas, Alceu Valença, Zé Ramalho e Jackson do Pandeiro, desconhecidas pela maioria dos amigos da capital, que eram familiarizados somente com as canções apresentadas no rádio. Foi nessa época que ganhou o apelido de Parahyba.

Deslumbrou-se com o tamanho do Ginásio Paulo Sarasate. Nunca tinha visto uma casa com mais de dois andares. Conheceu as serras, absorveu um oceano de pontadas sensoriais, o cheiro dos edifícios e o barulho do trânsito. Pisciano oriundo de terra seca, mergulhou no mar e sentiu o gosto da água salgada pela primeira vez. Estudou e aprendeu a língua das ruas confusas e dos cruzamentos cacofônicos. Saindo de casa todo dia com o instrumento na mão, apropriou-se da cidade.

Na universidade, fez primeiro o curso de Estatística, que não o agradou. As aulas, às quais não comparecia, eram uma desculpa para utilizar o restaurante e a residência universitária e para penetrar ainda mais fundo no submundo das artes e da contracultura acadêmica. Passou a sentir um forte sentimento de culpa pelo “investimento perdido” do pai. Trouxe irmãos para estudarem na cidade, mas ainda percebia a frustração paterna.

Apesar de nunca ter sido particularmente religioso, aproveitando as missas da adolescência para namorar, trouxe, da educação católica, a crença em Deus, e passou a questionar por que a Providência permitia a continuidade da pobreza vista nas favelas próximas ao local onde morava. Não conhecia a miséria urbana quando morava no interior da Paraíba e do Ceará. Tinha uma imagem de justiça divina que se chocou com a realidade da capital e do governo autoritário que dominava o País.

Em 1982, casou-se pela primeira vez. O primogênito foi batizado de Raul, em homenagem ao ídolo musical de Pará, Raul Seixas.

Inseriu-se no movimento contra a ditadura como um artista, cantando músicas de protesto à opressão. Perdeu a visão de que era um vagabundo com um violão. Passou a ser visto como um profissional das artes, apresentando-se em palcos nos comícios do movimento estudantil. Percebia a emoção das pessoas com suas canções e começou a compor e a participar de festivais. Criou um grupo musical chamado “Carne Seca”, que durou pouco.

As primeiras composições foram “Ingazeira dos Encantos” e “Martelo Alagoano”, em meados de 1981, influenciadas pelos

cantadores da Paraíba. Martelo Alagoano tira o nome e o ritmo de um gênero musical violeiro parecido com a toada alagoana, mas levemente mais lenta. A letra foi inspirada por imagens e episódios da infância:

*“Já dizia um cantador nordestino,
quando Deus foi criar o universo,
despertou cada estrela com um verso
e daí elas tomaram seu destino.
É por isso que o Sol, desde menino,
horizontes vem na terra clareando.
E a viola, como se eu fosse um cigano,
me carrega para o meio dos mistérios.
Ela sabe que aqui eu os revelei
nos dez pés de martelo alagoano.”*

Novamente sem grupo, apresentou-se no festival de música “O Povo”. Participou com uma canção autoral criada em parceria com os colegas Dilson Pinheiro e Inês Medeiros, “Canoeiros”, junto com a banda do festival, e saiu-se muito bem, chegando à fase final. Nessa época, teve parcerias com os músicos cearenses Chico Rocha, Jorge Helder e Cristiano Pinho, que hoje trabalham com Lenine, Caetano Veloso e Fagner.

Parahyba deixou a faculdade de Estatística e matriculou-se em Filosofia na Universidade Estadual do Ceará (Uece), em 1983. Queria utilizar a ciência como um instrumento na composição de letras. Além disso, cheio de questionamentos, entrou no curso em busca de compreensão, pois tinha uma necessidade profunda por respostas. Acabou saindo com mais perguntas.

Sustentava-se com uma bolsa de extensão criada pelo pró-reitor da Universidade Federal do Ceará, Raimundo Holanda, a bolsa-arte, que não chegava a um salário mínimo, mas o ajudava a manter uma existência modesta em uma residência universitária.

Com a proximidade do fim da ditadura e do período de redemocratização do País, passou a trabalhar para partidos políticos, produzindo jingles para candidatos do recém-formado Partido dos Trabalhadores (PT) e realizando shows em comícios. Até hoje, contribui com jingles para políticos cearenses como os vereadores João Alfredo e Guilherme Sampaio, o deputado federal Artur Bruno e o senador Pimentel.

Separou-se em 1988. Em 1990, com a candidatura de João Alfredo,

na época filiado ao PT, ao governo do Estado, fez a música da campanha e recebeu do partido uma oferta de noventa apresentações no interior. Foi durante essas apresentações que conheceu e se apaixonou por Bete Augusta, companheira de lutas com convicções ideológicas e filosofia de vida parecidas com as de Pará. Tiveram um filho, Artur.

Bete, ainda adolescente, envolveu-se com o movimento contra a ditadura militar. Realizou pequenos atos subversivos, como distribuição de panfletos e transporte de documentos para grupos de esquerda como o Partido Comunista do Brasil, que se encontrava na clandestinidade. Mas nunca chegou a participar diretamente das ações e permaneceu pouco tempo junto à organização. Hoje, evita falar dessa parte de sua vida para outras pessoas, pois acredita que fez pouco comparado a companheiros que foram presos e torturados.

Na segunda metade dos anos 1990, quando os movimentos sociais e as lutas políticas perderam um pouco de ritmo, as ofertas de emprego diminuíram. Pará via colegas indo trabalhar em bares e restaurantes, reproduzindo canções populares. Vez ou outra, visitava os amigos músicos, assistia a performances em palcos solitários e mal iluminados que se limitavam a proporcionar música ambiente a clientes que, mais preocupados em bater-papo do que ouvir música, não davam o valor devido às apresentações. Chocado com a falta de atenção dispensada aos colegas e apegado às próprias criações musicais, rejeitou esse caminho com fervor.

Preferiu concentrar-se em apresentações em festivais, como os cinco Canta Nordeste, uma iniciativa do então diretor regional de programação da Rede Globo, José Dias Raposo. Foi a fase mais obscura de sua vida, quando o vício por álcool e outras drogas passou a impactar o relacionamento com Bete e a carreira musical de maneira negativa. Saía muito para festas, farreava intensamente, colocando tanto a vida conjugal quanto a própria saúde em risco. As apresentações perderam a energia característica, eram prejudicadas pelo entorpecimento e pela confusão mental de um corpo tomado pelo excesso.

No final de 2000, em um breve momento de epifania, percebeu que não sobreviveria mais dez anos se mantivesse o mesmo estilo de vida. Procurou ajuda médica e parou de consumir drogas. Em três meses, percebeu que havia recuperado grande parte da determinação perdida. Decidiu formar uma nova banda. No entanto, estava isolado: os colegas músicos haviam partido para oportunidades em outros estados ou estavam trabalhando em bares. Passou a ponderar sobre com quem poderia se unir para fazer música.

Nessa época, morando na Praia do Futuro, costumava brincar com crianças na beira da praia no final das tardes, tocando música em latas e isopores, encostado em jangadas. A batucada fluente e a alegria e disposição dos pequenos plantaram uma ideia em sua mente.

Pará aproximou-se de diversas entidades com a ideia de formar um grupo juvenil de percussão baseado em instrumentos improvisados, mas a ideia não vingou. As entidades preferiam um grupo de coral ou de flautas, algo mais convencional. Perguntavam sobre quais fontes de pesquisa e referências acadêmicas o músico havia utilizado para conceber o projeto. Queriam uma análise científica, mas o músico contava apenas com o instinto natural de que aquela ideia seria bem-sucedida.

Foi a Associação Curumins, uma ONG de apoio a crianças e adolescentes em situação de risco fundada em 1996, que aceitou bancar a empreitada. A partir daí, já com a iniciativa de apresentar uma oportunidade a jovens carentes moradores da orla da cidade e trabalhar as ideias de identidade racial e social, surgiu a Banda de Lata de Todas as Cores. O nome foi inspirado por uma expressão de exaltação típica da terra natal de Paraíba:

“A festa foi boa, tinha bebida e *banda de lata*.”

De 2000 a 2007, o grupo teve grande destaque no cenário musical cearense. Receberam convites para várias apresentações. Passaram a ter projeção nacional, com matérias nos programas de televisão Fantástico e Globo Repórter e no jornal Folha de São Paulo. Através da reportagem da Folha, descobriram que havia outras bandas com propostas similares na Bahia e em São Paulo.

Logo depois da vitória na primeira eleição presidencial de Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2002, o grupo viajou a Brasília para tocar em um encontro de embaixadores suíços. Depois da apresentação, esperaram do lado de fora do Palácio da Alvorada junto a uma imensa quantidade de repórteres, que queriam questionar o presidente acerca de diversas questões sobre as quais ele ainda não havia se pronunciado.

Lula estava de saída em um de quatro carros idênticos com vidros espelhados, uma estratégia para evitar o assédio da imprensa, mas, ao ver um monte de crianças fantasiadas e pintadas, prostradas no gramado, cercadas por instrumentos improvisados, desceu do carro oficial e tocou junto com a banda por alguns minutos, enquanto os seguranças impediam a aproximação dos jornalistas. Um dos garotos entregou um cartaz da banda para o presidente.

Na época, o presidente era uma figura messiânica para parte da população, que enxergava, na figura de um ex-metalúrgico ocupando

o cargo mais importante do País, uma esperança para os problemas das classes baixas, negligenciadas por décadas. O episódio foi marcante para os membros do grupo e acabou sendo divulgado pela imprensa internacional. A foto do presidente Lula tocando com a Banda de Lata de Todas as Cores ainda hoje adorna uma das paredes da Associação Curumins.

Depois da eleição de Luizianne Lins, em 2004, Parahyba foi convidado para fazer parte de um grupo de educadores de arte, o Núcleo de Arte e Educação (NuArte), criado pela Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci) da Prefeitura de Fortaleza. Lá, criou, em 2006, a Charanga do Tatá, grupo de percussão formado por crianças e adolescentes que anima os carnavais da cidade até hoje. Em homenagem a Parahyba, desfilam com um boneco feito à semelhança do mentor.

A primeira música do grupo referia-se à segregação social nos blocos de carnavais, com ricos e famosos ocupando camarotes enquanto as pessoas mais pobres pulam o Carnaval nas ruas, uma canção de micareta com crítica social:

*No tempo que a galinha tinha dente,
O povo inventou o Carnaval
a nobreza invadiu a festa
expulsando o povo do salão imperial
O povo que é rico de alegria e de fantasia
inventou o Carnaval de rua
E de novo um bando de careta faz da micareta uma festa só sua
Mas a gente que é chapa quente, gosta de brincar
Sai da frente com a Charanga do Tatá*

Dividiu seu tempo entre a Banda de Lata e o trabalho na Prefeitura. Representantes do Banca Palmas, um banco comunitário baseado em economia solidária, no Conjunto Palmeiras, tiveram contato com Parahyba e a Banda de Lata através de uma apresentação em comemoração aos dez anos da Associação Curumins. Convidaram o músico para fazer parte de um projeto de arte-educação no bairro.

Faltando um mês e meio para o Carnaval de 2007, fizeram uma ação cultural para mobilizar a comunidade. Juntaram diversos grupos de arte do Palmeiras: as crianças do Circo Escola, grupos de idosos, praticantes de capoeira, dança popular do Reisado, entre outros.

Nessa época, a comunidade não tinha um Carnaval próprio, por medo da violência e da criminalidade que se proliferavam por lá. No primeiro dia, as pessoas ficaram em casa, receosas, observando o bloco

passar. No segundo dia, algumas já se arriscaram a dançar com o grupo. A partir do terceiro dia, o Bloco Bate-Palmas conseguiu juntar todos em um clima de folia e diversão.

Com o sucesso do bloco carnavalesco, Parahyba e o Banco Palmas criaram um projeto de educação musical para jovens da comunidade. A entidade já contava com a iniciativa Bairro Escola de Trabalho, voltada para a capacitação profissional. Assim, decidiram abrir um espaço no projeto para a profissionalização na área de arte e cultura. Bete esteve sempre presente, documentando a evolução do projeto e participando das reuniões do banco e os moradores.

Foram três meses de oficinas de confecção de instrumento e três meses de aulas de música. Os estudantes recebiam bolsa-auxílio do banco enquanto participassem do curso. A bolsa não podia ser estendida além de seis meses, mas alguns dos jovens gostaram tanto da empreitada que continuaram participando, mesmo sem auxílio financeiro.

Depois de um ano, muitos deixaram o projeto, e os estudantes remanescentes decidiram, junto com Parahyba, formar um grupo musical.



A palhoça da Paróquia do Conjunto Palmeiras era palco de grandes discussões nos anos iniciais do conjunto habitacional. Na época, o local ainda era uma área pastoral – passou a ser paróquia somente em meados de 2009. O padroeiro é São Francisco de Assis.

A paróquia foi construída em 1978, fruto do trabalho dos primeiros sacerdotes a irem morar no bairro, os redentoristas italianos Eduardo e Jacó, com a ajuda de padres da Barra do Ceará. Os sacerdotes tiveram papel de destaque nesse período: trouxeram ajuda médica, formaram um núcleo de mulheres e ajudaram na construção da primeira creche do Conjunto Palmeiras. Para a população religiosa, as intervenções dos padres eram análogas à própria intervenção divina.

Havia uma cacimba de oito metros de profundidade onde eram despejados detritos. Nenhum dos homens do bairro, casados, teve coragem de descer para fazer a limpeza do poço. Foi o padre Eduardo quem desceu e limpou a cacimba, retirando ossos e outros restos de animais, para que a coleta de água pudesse voltar ao normal.

Mais tarde, o padre, junto com um grupo de moradores, conseguiu convencer o Corpo de Bombeiros a fornecer carros pipa para a distribuição de água, que era realizada na casa de Augusto.

No final dos anos 1970, a Igreja Católica ainda contava com

setores influenciados pela Teologia da Libertação, movimento cristão de caráter marxista que interpretava os ensinamentos de Jesus Cristo sob a ótica das ciências sociais, focando-se na extirpação das injustiças sociais e econômicas.

Dom Helder Câmara, bispo católico que foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e um dos nomes nacionais mais importantes da Teologia da Libertação e da luta contra a ditadura, falecido em 1999, certa vez declarou, em uma frase que sintetiza a autocritica e a marca libertadora da doutrina:

“Quando dou comida aos pobres, chamam-me de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista.”

A Teologia da Libertação era, portanto, um movimento que buscava uma participação mais intensa da Igreja na luta contra a pobreza. No começo da fundação do Palmeiras, a Igreja era a única instituição que fornecia apoio aos moradores. Os sacerdotes, além de realizar as práticas litúrgicas, atuavam na formação de líderes comunitários entre a população através de seminários e sermões.

Jacó e Eduardo foram embora em 1983, substituídos pelos padres Bernardo e José Maria, que moravam fora da comunidade, no bairro São Miguel. Durante esse período, um grupo de jovens seminaristas, convidados pelo frade franciscano e ex-presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, chegou ao Palmeiras para ocupar o espaço na CEB deixado pelos padres. Entre eles, estava João Joaquim de Melo Neto Segundo, que viria a se tornar um dos líderes mais importantes do bairro.

Oriundo de Belém do Pará, Joaquim fugiu da perseguição do bispo local às suas ideias influenciadas pela Teologia da Libertação. Antes de ocupar a paróquia, viveram por três meses ao lado de uma rampa de lixo no Jangurussu. Dom Aloísio, que criticava os “padres burgueses” sem sensibilidade social, queria que os aspirantes ao sacerdócio testemunhassem diariamente o cotidiano de sofrimento da população miserável.

Na mesma época, foi criada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), com a participação, entre outras pessoas, da líder comunitária Marinete Brito, primeira presidente da entidade. Os seminaristas participaram das atividades da associação e fundaram um núcleo do PT no bairro. Ajudaram na campanha que elegeu a primeira prefeita do partido em Fortaleza, Maria Luiza Fontenele, em 1985. As missas foram transformadas em comícios, no que foi caracterizado por Joaquim como uma exceção em um momento bastante peculiar.

A Teologia da Libertação prega que a identificação de um indivíduo como “pessoa” depende do pertencimento a uma comunidade. Pela primeira vez, os habitantes do Palmeiras eram tratados como agentes de transformação. Os moradores não eram tratados como iguais pelo poder público e pelo resto da cidade, mas, na atmosfera política e religiosa gerada pelos próprios companheiros e pelos seminaristas da CEB, tinham sua humanidade e agência reconhecidas.

A salvação vinha não somente através da fé e da comunhão com o divino, mas também a partir da aceitação pelo próximo. Os padres italianos Francisco Moses e Luís Fornasier, que passaram a morar na paróquia em 1986, deram continuidade à participação da Igreja Católica na resolução dos problemas do bairro. A abordagem direta dos sacerdotes levou a conflitos com as assistentes sociais do CSU.

Uma das dificuldades enfrentadas diariamente pelos moradores era a ausência de transporte coletivo. Para adentrar a cidade, tinham que caminhar um bom tempo antes de subir em caminhões pau-de-arara. Com o tempo, quatro ônibus passaram a circular o bairro, mas ainda era pouco.

Também faltava água encanada, saneamento básico, energia elétrica, escolas e hospitais. Em 1980, os poucos postes de eletricidade, frutos de reinvidicações, encontravam-se no entorno da rua Caxambu, núcleo original da fundação do bairro, que já havia se expandido bastante. Nesse período, foram realizadas várias reuniões com as assistentes sociais, mas nada era resolvido.

Os moradores decidiram romper a relação com os mediadores do governo e passaram a lutar diretamente por mudanças. Os representantes da Companhia de Transporte Coletivo (CTT) afirmavam que o bairro tinha 12 linhas de ônibus. Os habitantes do Palmeiras negavam.

Continuaram denunciando as dificuldades sofridas pelo número limitado de coletivos. Os ônibus eram tão lotados que as pessoas eram empurradas para fora dos veículos, quebravam braços, pernas, alguns chegaram a sofrer mutilações. Fizeram um levantamento das vítimas desse tipo acidente, pedindo indenizações e políticas públicas para contornar o problema.

Ameaçaram quebrar todos os ônibus que circulavam pelo Palmeiras se fossem ignorados. A prefeitura pedia mais paciência aos moradores. Cansados de esperar, cumpriram a promessa: organizaram-se nas paradas de ônibus, fizeram barreiras humanas para que os transportes parassem, furaram pneus e quebraram os vidros dos veículos.

Devido ao prejuízo, a prefeitura retirou os ônibus, piorando a situação dos habitantes. A Asmoconp se reuniu e conseguiu formular

um projeto de ônibus expresso para o bairro, que acabou sendo acatado pela administração municipal. Mais linhas foram adquiridas.

A próxima conquista da comunidade foi a água encanada. Diversas mobilizações foram organizadas ao longo da década de 1980. Augusto chegou a fazer greve de fome e sentiu na pele a violência da Polícia Militar ao ser agredido durante uma passeata até o bairro Cambeba.

Em 1988, cansados de exigências infrutíferas, chamaram a imprensa da cidade para uma assembleia dos moradores e anunciaram que, se a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) não iniciasse a construção de uma rede de água encanada em um prazo determinado, iriam perfurar os canos que vinham do açude de Ancuri e passavam por baixo do terreno do bairro.

Alguns habitantes haviam trabalhado na construção da tubulação, cavando as valas, soldando os canos – a revolta era maior ainda por não poderem usufruir de algo com o qual eles próprios contribuíram. No dia seguinte, manchetes de jornais anunciaram a declaração de guerra da população do Palmeiras.

A ameaça dos moradores não era vazia: fizeram planos para organizar a perfuração. Tinham que cavar um metro e meio de terra antes de atingir a tubulação. Para atravessar o metal, precisavam de um maçarico. A força da pressão do jato de água que saíria da chapa de duas polegadas de espessura possivelmente mataria qualquer pessoa que estivesse no caminho. Decidiram que alguém seria sorteado para perfurar o cano.

Durante todo esse período de protestos, a Polícia Militar queria deter a então presidente da Asmoconp, Dorinha Andrade, importante líder no bairro. Os outros associados se mobilizaram para protegê-la na sede da associação. Iam todos presos, ou nenhum.

A proposta da Cagece era que os próprios moradores cavassem as valas para que a empresa instalasse os canos. A comunidade aceitou, contanto que os trabalhadores que se disponibilizassem para a tarefa fossem devidamente remunerados e tivessem a carteira de trabalho assinada.

Com uma conquista tão demorada e sofrida, a alegria contagiou todos os que participaram das mobilizações. A celebração envolveu um verdadeiro Carnaval de água, com homens e mulheres de todas as idades jorrando o líquido das torneiras no meio das ruas, um desperdício que, para eles, era perfeitamente justificado.

Faltava ainda conseguir energia para as casas e iluminação pública. Os debates foram iniciados logo após a fundação da Asmoconp, em 1981. Reivindicações dos habitantes eram noticiadas, numa tentativa

de pressionar a administração pública. Chegaram a trazer o presidente da Companhia Energética do Ceará (Coelce) para visitar uma área particularmente perigosa e mal iluminada do bairro à noite.

A ação havia sido cuidadosamente planejada pelos moradores. Desamparado em meio à escuridão, o representante da Coelce caiu em um buraco.

“É, o Palmeiras precisa mesmo de energia”, disse, na ocasião.

Pouco tempo depois, conseguiram energia para quase todas as casas e iluminação nas ruas. Para politizar a ação, a Coelce queria organizar uma cerimônia de inauguração, mas os próprios moradores insistiram em cuidar das festividades. Não queriam ceder o sabor da conquista para ninguém além deles próprios.

Primeiro ensaio aberto do grupo no Conjunto Palmeiras



E NO
URGÃO

AMBU





A Cia

Conjunto Palmeiras: São duas mil famílias sem transporte e água

A população do Conjunto Palmeiras cresce diariamente. Nos últimos dois anos ela praticamente duplicou, gerando consequentemente uma maior gravidade desses problemas. "É muito difícil o dia em que aqui não chega uma nova família", afirma o cabo Francisco Martins, delegado do Conjunto. Atualmente, os dez mil habitantes do Palmeiras - conjunto formado por casas de tipo SSO servidos por apenas quatro ônibus da Viação Cruzeiro, de propriedade do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Paulo Benedito.

Estes veículos, no entanto, não são suficientes para atender as necessidades do conjunto nas horas de rush, obrigando assim a formação de uma gigantesca fila que supera inclusive as do INPS. E só não ocorrem muitas brigas, quedas e empurres porque a população do Palmeiras respeita muito o cabo Martins. Diariamente ele acorda as quatro horas da manhã e seu primeiro trabalho, extra obviamente, é controlar a fila que nesse horário já começa a se formar.

Mesmo assim é muito grande o sufoco para conseguir pelo menos um lugar em pé nos ônibus que fazem a linha entre S e 7 horas da manhã. Ninguém quer perder o horário de entrada no trabalho pois o desconto que um falta, representa um d e s e l e q u e significativo na vida de uma família. Os empurres são inevitáveis na fila quilométrica. Basta o Cabo Martins dar as costas para surgirem as confusões e brigas por um lugar mais na frente. Estas cenas se repetem diariamente pela manhã e à tarde. Antes das 16 horas, o cabo Martins já está de prontidão nas proximidades da Cidade da Criança para realizar o mesmo trabalho: controlar o retorno da população ativa do conjunto.

Tanto na ida como na volta, os coletivos circulam completamente lotados, inclusive com gente pendurada nas portas, num verdadeiro desafio à vida e exercício de equilíbrio. E tem mais: os motoristas gostam de trafegar na velocidade máxima dos 80 quilômetros. E assim a população do Palmeiras vive sufocada com o problema que já se arrasta por longo tempo. São dez mil coaradas à espera de uma solução. São pessoas que foram retratadas de favelas da periferia de Fortaleza empolgadas com as promessas de melhores condições de vida.

AFSS RECONHECE O PROBLEMA



Essas pessoas foram transferidas para o conjunto com a promessa de melhores condições de vida.

da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, em exercício, assistente social Zélia Barroso, "não é possível identificar as causas que levam a empresa a não colocar mais ônibus na linha porque passageiros há demais". Ela reconhece a deficiência do sistema e afirma que inúmeros apelos, da Fundação e de moradores, já foram encaminhados à Viação Cruzeiro, permissionário da linha.

A população cresce dia-a-dia e o número de transportes, que não aumenta, não chega para atender à comunidade", assegura Zélia Barroso. O transporte "deixa muito a desejar" e constantes apelos, através de abaixo-assinado e ofício dos moradores, são endereçados à empresa de ônibus, de propriedade do deputado Paulo Benedito.

EXPLICAÇÕES DA EMPRESA

A Viação Cruzeiro no entanto, tem uma explicação para o problema. Afirma a direção da empresa que não pode aumentar a frota que faz a linha do Conjunto Palmeiras enquanto a Prefeitura não asfaltar o trecho da estrada que liga a BR-116 ao Palmeiras. Na realidade, existem muitos trechos de estrada que precisam ser asfaltados para melhorar as condições de transporte.

carrocerias devido a várias acidezas, mas a água obtida não serve para o consumo humano: é muito

Não resta dúvida que a empresa encontrou uma razoável resposta para as indagações da superintendente em exercício da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, Zélia Barroso. Resta agora à Prefeitura providenciar o asfaltamento da estrada que já está sendo, inclusive, iluminada com lâmpadas de mercúrio, afinal de contas são quase duas mil famílias que precisam do transporte para sobreviver. Depois da estrada asfaltada, a Viação Cruzeiro não terá nenhum motivo para justificar a precária prestação de serviços aos moradores do Palmeiras, já sacrificados pela distância que separa o conjunto do centro da cidade e dos poucos salários que percebem como operários não qualificados.

FALTA D'ÁGUA

Um outro problema que martiriza a vida das famílias do Palmeiras é a constante falta d'água. Os próprios

salgada. Apenas uma dezena de casas tem cisternas com água de boa qualidade para



Dois grandes problemas estão dificultando a vida normal de quase duas mil famílias residentes no Conjunto Palmeiras, implantado numa área próxima a Messejana - a 22 quilômetros do centro da cidade - pela Fundação do Serviço Social de Fortaleza para abrigar ex-favelados. Numa escola prioritária destaca-se em primeiro plano a falta de transporte coletivo, especificamente nos horários em que os trabalhadores precisam de condução para chegar aos locais de emprego. Em segundo lugar surgem as reclamações contra a falta d'água, apesar da existência de um chafariz de poucas torneiras.

beber. Lá foi construído um pequeno chafariz, onde também se faz necessário a formação de filas para a obtenção de uma lata d'água. O pior é que essa única fonte sempre apresenta um defeito e afilado lá se vão cinco ou até dez dias para que a Prefeitura providencie o reparo do problema. Até mesmo devido a distância do chafariz para as residências, principalmente para as mais novas, a maioria da população do Palmeiras, é obrigada a comprar água das carroças para beber e cada lata custa dois cruzeiros, o que representa uma despesa de no mínimo 60 cruzeiros por mês. Para quem ganha o salário mínimo, convenhamos, é uma despesa extra bastante representativa. A Fundação do Serviço Social de Fortaleza também reconhece a existência do problema, só que até agora não fez nada para resolvê-lo. Os moradores, por sua vez, aguardam o cumprimento das promessas feitas, inclusive, por candidatos eleitos no pleito de 15 de novembro que se lembraram do conjunto para pedir votos.

SEGURANÇA

Quanto à segurança o Palmeiras parece não enfrentar problema, muito embora o policiamento seja feito apenas por um homem: o cabo Francisco Martins Costa. Uma figura simples, rude e que congoque respeito sem arrogância, comum em policiais de seu nível. Vestindo uma bermuda, com uma sigla em letras vermelhas de Aliança Renovadora Nacional, ele conversou com a reportagem na sala de Delegacia do conjunto. O único móvel existente em seu ambiente de trabalho é um estêto tipo bar com um televisor quebrado em cima. "Enquanto a Fundação não passar este terreno para o Estado, a Secretaria de Segurança não pode fazer nenhuma reforma no prédio, mas isto já está sendo providenciado, nós vamos manter isso tudo", explicou o Cabo.

Garante o Delegado que enquanto estiver no conjunto não vai tolerar desordem "de espécie nenhuma", resolvendo ele mesmo todas as brigas dos vizinhos. Atualmente ele está com três presos em duas celas construídas nos fundos das delegacia, dois por roubo e o outro por ter batido na mulher. Ele acha que o Natal no Palmeiras foi muito calmo, pois durante uma semana "efetuei apenas 17 prisões". A maioria no entanto, passará o Natal apenas 24 horas no xadrez

O POVO 30 de dezembro de 1978

Greve de fome e acampamento na praça até Cagece fornecer água

Como a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) não vai ao Conjunto Palmeiras, o conjunto vai à Cagece. Esta posição foi o resultado da assembléia realizada sábado, dia 12, às 15 horas, ao lado da Igreja Católica São Francisco, com a participação aproximada de 400 moradores do conjunto. Eles ficaram revoltados pelo não comparecimento do secretário do Desenvolvimento Urbano, Adolfo Marinho, na reunião.

Segundo a presidenta da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, Auxiliadora Andrade, a comitiva sairá de coletivos — já tem um garantido — do conjunto até a Praça do Vaqueiro no Aeroporto Pinto Martins. “Nós só vamos sair de lá de

pois que formos recebidos e atendidos nossos pleitos. O pessoal está disposto a permanecer no local e fazer greve de fome”.

Antes de tomarem tal posição, segundo Auxiliadora, os moradores levaram o problema há três meses ao secretário Adolfo Marinho que na oportunidade prometeu que resolveria a questão. “Só que tudo ficou no papel. Ele não compareceu à reunião e muito menos mandou um representante. Nós achamos que foi um verdadeiro descaso para conosco”.

Enquanto não chega uma solução concreta, os moradores do Conjunto Palmeiras vão se preparando para a passeata de protesto. Auxiliadora

disse que é grande a expectativa de todos. “Dependendo do transporte, vai muita gente”. Ela acrescentou que não se concebe continuar pagando três cruzados por uma lata d'água, totalizando Cz\$ 200,00 por mês.

Mas a Cagece explica que a canalização que passa por dentro daquele conjunto não é de distribuição do líquido, mas a adutora que fornece água para Fortaleza. Logo, é impossível fazer uma ligação dali. O que a Cagece pode fazer, e já fez, é um projeto para levar água até aquela comunidade. Agora tudo depende do financiamento da obra, que será feito, pela Caixa Econômica Federal, que ainda não liberou os recursos.

Diário do Nordeste, 16 de setembro de 1987



Kássia, Parahyba, Amanda, Airtton e Elane



A Charanga do Tatá e o boneco de Parahyba

Palmeiras ameaça furar rede de abastecimento

Fotos: Líbia Ximenes

"Se não instalarem a encanação da água dentro de um mês, nós vamos furar a tubulação e Fortaleza ficará também sem água", disse ontem a presidenta da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, Maria Auxiliadora Andrade, no encontro entre representantes dos moradores do bairro e o diretor-presidente da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Mário Cesar. A reunião foi realizada na sede da Cagece, na Avenida Lauro Vieira, em frente ao Aeroporto Pinto Martins.

Os moradores chegaram no local por volta de 9h45min, num coletivo, gritando palavras de ordens, como "água já, não dá pra esperar". Eram aproximadamente 70 pessoas portando cartazes com frases reivindicando providências urgentes para atender à população como: "Nós do Conjunto Palmeiras também tomamos água". Depois de entendimentos com a direção do órgão, ficou decidido que uma comissão composta por 15 moradores iria falar com o diretor-presidente.

Enquanto os moradores ficaram fora gritando palavras de ordem sobre a questão, a comissão foi recebida pelo diretor-presidente, em seu gabinete. Começou a reunião com a palavra do secretário da entidade dos moradores, Raimundo Nonato, relatando o descaso das autoridades passadas desde a criação do conjunto. Ele disse que muitos políticos nos "tempos dos coronéis" prometeram resolver o problema de abastecimento, "no entanto não fizeram nada".

AMEAÇA DE CORTE

Além do não cumprimento, os desmandos passados ainda hoje fazem com que a comunidade carente "pague o pato". Segundo Raimundo Nonato, "num pleito passado, políticos fizeram um cadastramento dos moradores que precisavam instalar água em suas casas. O resultado é que hoje estes moradores recebem todo fim de mês a conta e não têm sequer torneira em casa. Entre estes "felizardos" está Pedro Correia Almeida, à Rua Diadema, 142. Ele deve pagar R\$ 486,85 ou terá sua água cortada, que não existe.

Para a coordenadora do Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras, Sila Tavares, seria cômodo se não fosse trágica a situação desta comunidade. "Não sabemos como conservar e pôr em prática regras de higiene sem o básico: água. Nós temos vários casos de crianças com problemas graves, com desnutrição em segundo e terceiro grau". A funcionária da creche localizada na Rua Valparaíso, Carnosita Teixeira,



Moradores do Palmeiras há muito aguardam ligações d'água, sem resultado concorda com ela.

Segundo Carnosita Teixeira, na sua creche 280 crianças numa faixa etária de zero a cinco anos convivem com a sujeira. "Como podemos manter estas crianças limpas dando somente um banho por dia?". afirmou ainda que a água que chega na creche é pouca e cara. "Um rapaz do conjunto traz de galão".

BOA FÉ

O diretor-presidente pediu a



'Água já, não dá para esperar'

palavra e disse: "Antes de mais nada gostaria de pedir desculpas por não participar da reunião realizada no conjunto. A prova que estamos encarando os problemas da comunidade de boa fé é que agora estamos discutindo. A nossa meta é restaurar e ampliar a rede d'água que abastece Fortaleza. Temos recomendações do governador Tasso Jereissati de ouvir e receber todos os bairros para que possamos discutir suas reivindicações". Mário Cesar esclareceu aos presentes que existia um projeto em convênio com a Caixa Econômica Federal aprovado.

Disse ainda que a comunidade foi prejudicada, como no resto do País, pelas medidas de contenção de despesas do Plano Bresser.

"Infelizmente o plano cortou também as verbas de saneamento básico, apesar de serem obras prioritárias". Ele falou que o congelamento a nível federal impediu o desenvolvimento do projeto que irá beneficiar a comunidade do Conjunto Palmeiras.

Mário Cesar falou ainda que vai entrar em contato com o governador Tasso Jereissati para estudar a possibilidade de um plano emergencial. Esclareceu no entanto que só daria a palavra final aos moradores depois que falasse com o governador ainda esta semana. Sugeriu também uma outra reunião quinta-feira, dia 24, no Centro Administrativo do Cambeba, com a participação dos moradores e do secretário de Desenvolvimento Urbano, Adolfo Marinho.

COMPREENSÃO

Antes, ele disse que quinta-feira não estaria na cidade e o diretor-técnico do órgão, Roberto Sérgio, irá representá-lo. Os representantes dos moradores concordaram e pediram que ele fosse falar com o resto do pessoal lá na entrada da sede da Cagece. Ele foi e contou os fatos. Na oportunidade disse que estava há pouco tempo na direção da Cagece e pediu compreensão de todos na resolução dos problemas.

Depois da palavra do diretor-presidente da Cagece com os moradores, que não puderam participar da reunião em frente à Praça do Vaqueiro, os moradores do Conjunto Palmeiras se reuniram no local e decidiram que irão esperar as conversações dos dirigentes durante a semana. Maria Auxiliadora acrescentou ainda que a comissão irá na próxima quinta-feira ao Cambeba falar com o secretário Adolfo Marinho e no dia dois de outubro voltarão a falar com o diretor-presidente da Cagece.

George,
Parahyba
e Danilo



Rafael e Zé



Airton e Elane em capa de
cordel do Banco Palmas

**EDUCAÇÃO
FINANCEIRA**

A black and white illustration for a financial education campaign. It features a man and a woman, both talking on mobile phones. They are positioned in front of shelves filled with various bottles and containers. The man is in the foreground, and the woman is slightly behind him. The shelves are filled with many small bottles, some labeled 'AURORA'.

**REALIZAÇÃO:
INSTITUTO BANCO PALMAS**

The logo of Instituto Banco Palmas, featuring a stylized green plant or tree.

Falta de saneamento no Conjunto Palmeiras amedronta moradores

Habitantes denunciam que crianças estão morrendo vítimas da diarreia

O Conjunto Palmeiras, Zona Sul de Fortaleza, pode transformar-se em foco de cólera na cidade. O bairro não tem saneamento básico e a



Geó. Palmeiras

maioria das cinco mil residências é desprovida de fossas, possibilitando que os dejetos e a água servida corram a céu aberto. Para agravar o quadro, as crianças brincam com a lama como parte de seu universo. A educação também é outro ponto questionável no local. Os adultos jogam o lixo no meio da rua e não se preocupam em cobrir as fezes que se acumulam nas esquinas.

Como consequência da falta de uma política de infra-estrutura no conjunto habitacional, é considerável o número de crianças com diarreia. Segundo dados do centro de Nutrição, que funciona na comunidade há oito anos, são atendidas em média por dia, três crianças com a doença. Até o momento, no entanto, não foram diagnosticados qualquer caso de criança portando o vírus colérico. Os dados sobre o número de óbitos de menores com diarreia são contraditórios.

Representantes da União das Associações e Grupos Organizados do Palmeiras denunciam que morre, em média, quatro crianças por dia com diarreia. Esse dado é confirmado por Augusto Barros Filho, do Movimento Popular do Conjunto e da Associação Beneficente e Assistencial de Profissionalização do Menor. A entidade possui uma pequena funerária comunitária que, segundo Barros, fabrica até quatro caixões de crianças por dia, mortas em consequência da diarreia.

O Centro de Nutrição e o posto de Saúde Dr. Pedro Sampaio contestam os números. A agente de saúde Liduina Maciel de Souza garantiu que o Centro recebe cerca de três menores com disenteria. Algumas chegam ao local com desnutrição. "Mas não registramos óbitos" — disse, garantindo que o tratamento é realizado no



Aguas que escoam a céu aberto na rede viária precária do Conjunto são utilizadas como esgoto

População quer melhoramentos

Os moradores do Palmeiras são unânimes na defesa pela implantação de uma política de infra-estrutura no Conjunto. Enquanto se mostram contraditórios quanto ao número de óbitos de crianças em consequência da diarreia, a população demonstra otimismo e entusiasmo na luta pela implantação de um sistema de saneamento básico. Na última terça-feira, representantes das diversas associações sociais existen-

tes no bairro estiveram no Palácio do Cambé, reivindicando a agilização do início das obras de drenagem.

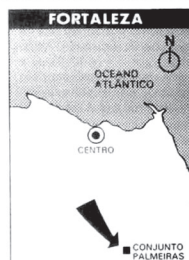
Na tarde daquele dia, foram recebidos pela Secretária de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Marilisa Aguiar, que prometeu em 60 dias, começar os trabalhos de saneamento. Na oportunidade, entregaram abaixo-assinado e um documento relatando a verdadeira face do conjunto.

próprio Centro de Nutrição. Quando o caso é grave — alerta Liduina os pacientes são encaminhados imediatamente para o hospital.

A Diretora do Posto de Saúde, enfermeira Helena Camilo, confirma as informações de Liduina. Ela enfatizou que a unidade não registrou nenhum óbito em abril. "Nós distribuímos soro às crianças com diarreia, para o tratamento de reidratação". Os dados do posto atestam que foi distribuído em abril, material a 92 crianças com idade inferior a um ano; e 32

entre um de vida e quatro anos. Os maiores de quatro anos que procuraram o posto de saúde não ultrapassaram a casa dos 23.

"Não tenho conhecimento de morte de crianças por diarreia aqui no Conjunto Palmeiras" — observou a enfermeira. A unanimidade no bairro é para com a questão do saneamento básico. Tanto a dirigente do posto médico quanto os representantes da União das Associações e grupos Organizados e funcionários do Centro de Nutrição consideram a



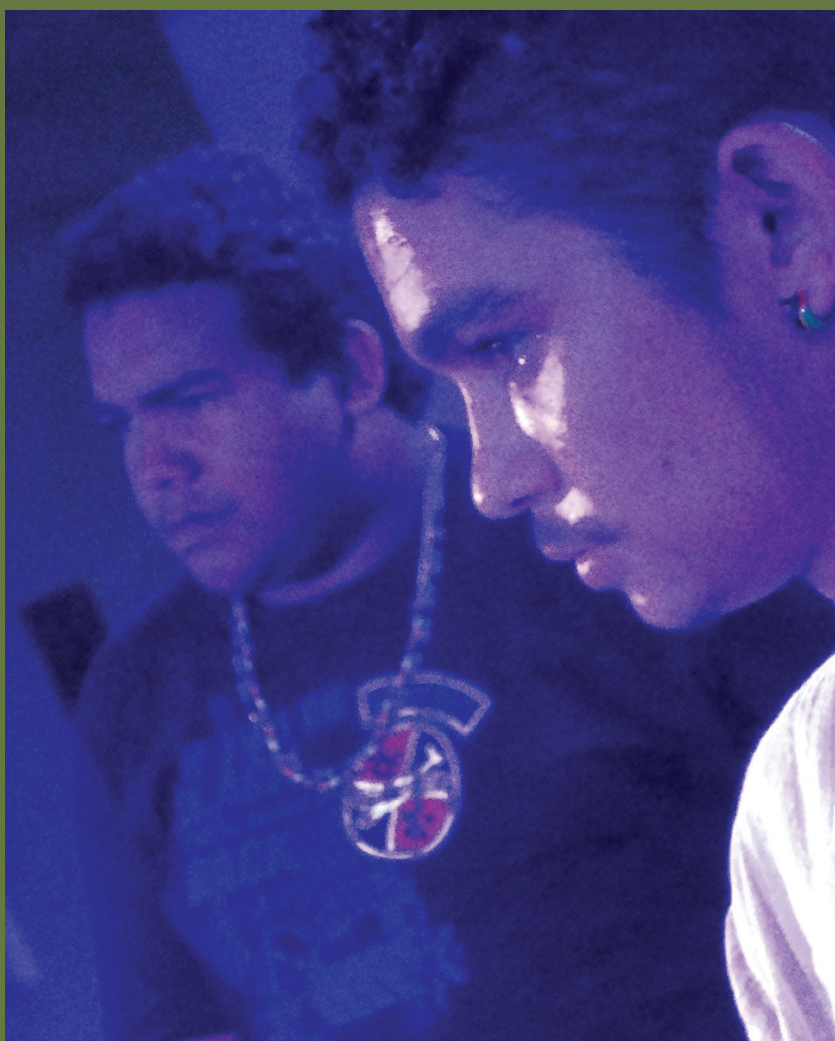
questão da infra-estrutura como problema principal do lugar. "A maioria das casas não tem fossas" — alerta Helena Camilo.

Contrário a essas informações, Augusto Barros Filho disse que o posto de saúde é precário, não tendo condições de atender aos pacientes, razão pela qual não dispõe dos número sobre os óbitos. "Já fiz caixão para três anjinhos. O Conjunto é uma área carente e apresenta perigos" — ressaltou. "No verão, tem ruas que não se pode atravessar, devido ao lamaçal".

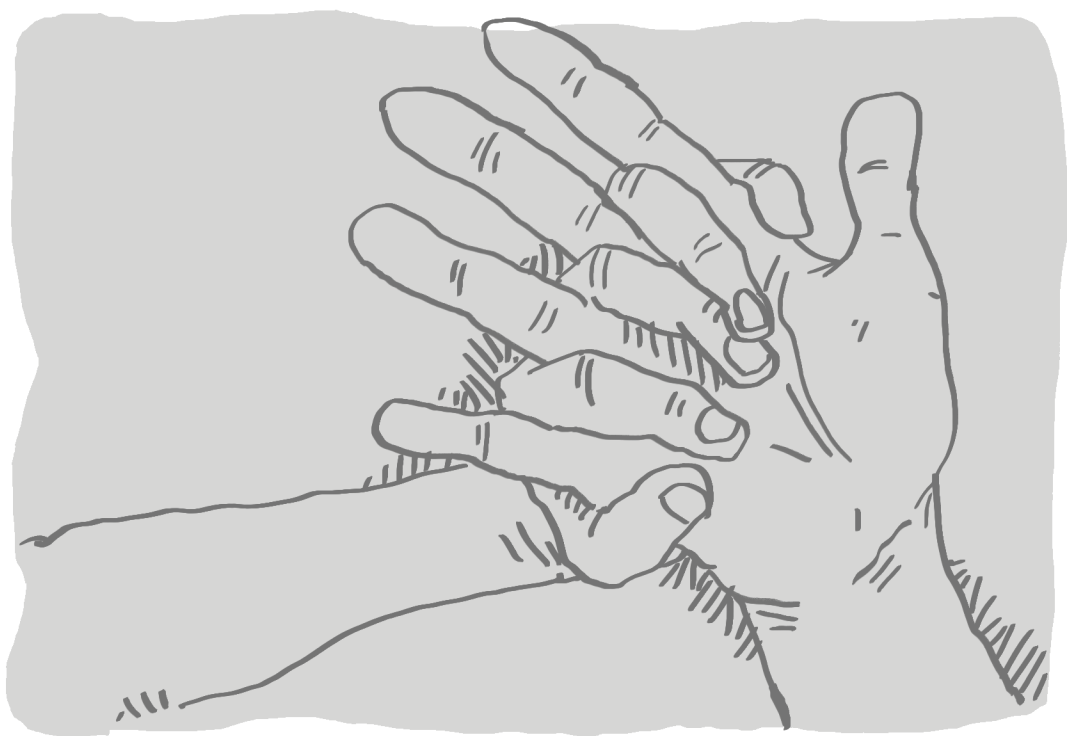
O POVO, 19 de maio de 1992



As mulheres da Cia



Zé e Cícero



Capítulo 3: Irmãos

*“E se, definitivamente, a sociedade só
te tem desprezo e horror, e mesmo nas
galeras és nocivo, és um estorvo, és um
tumor, a lei fecha o livro, te pregam na
cruz, depois chamam os urubus.”*

*- Chico Buarque de Holanda,
Hino de Duran*

Elane conheceu a Cia. Bate-Palmas quando o grupo ainda era bloco de Carnaval. Viu a passagem dos artistas pelas ruas do Palmeiras e divertiu-se com a música alegre e com o clima de descontração. Não conseguiu, no entanto, evitar um sentimento de estranhamento ao ver aquele bando de indivíduos de caras pintadas, parecidos com aborígenes africanos, atravessando o bairro com batucadas ferozes e cantos apaixonados, tocando instrumentos improvisados a partir de materiais de sucata. Não havia muita estrutura ou organização, apenas paixão pela música e pelo clima de folia do feriado nacional.

*Vai começar a brincadeira,
Bloco Bate-Palmas do Palmeiras!
Vai começar a brincadeira,
Bloco Bate-Palmas do Palmeiras!*

*Desde o tempo do canal que o povo se juntou num grande mutirão
Hoje com a mesma raça mostra sua graça nessa diversão
Bate-Palmas é a alegria da periferia, é bom demais
Bom, Carnaval bom, Carnaval bom, Carnaval bom, Carnaval bom,
Carnaval bom, Carnaval de paz
Bom, Carnaval bom, Carnaval bom, Carnaval bom, Carnaval bom,
Carnaval bom, Carnaval de paz
É pancada, é pancada
É pancada o som da nossa batucada
Libertária, libertária
É a nossa alegria solidária*

Como uma jovem de 18 anos que precisava trabalhar para ajudar a família, Elane via aquilo apenas como uma diversão de Carnaval despretensiosa. O envolvimento com o grupo terminou com a quarta-feira de cinzas daquele ano. Canto e dança, para a garota, eram atividades que ela realizava em um grupo de capoeira, o *Raízes da Angola*, e na privacidade de casa.

Teve uma infância marcada pelo preconceito e crueldade imatura dos colegas de sala, que ridicularizavam seu problema de dicção. Era estudiosa e responsável, sentava sempre na primeira fila de mesas da sala, próxima aos professores e longe da turma de fundo debochada. Aos 17 anos, sustentava-se dando aulas de dança de forró em academias. Mais tarde, aprendeu dança de salão e passou a ensinar no bairro Aldeota, antes de aprender e se apaixonar por capoeira.

Também foi vendedora ambulante de marionetes fabricadas pelo pai, Eliezio, um talentoso marionetista. Ele aprendeu a arte da manipulação de marionetes aos 11 anos de idade, na Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras. Aos 12, aperfeiçoou a técnica em uma oficina ministrada pelo famoso Augusto Oliveira, conhecido como Augusto Bonequeiro. Eliezio criou o grupo Calu Maravilha Teatro de Bonecos, batizado em homenagem ao primeiro boneco que criou. Hoje, ele ministra oficinas de manufatura e apresentação de marionetes a crianças do bairro.

Elane herdou, do pai, a sensibilidade com a arte. Mais familiarizada com o mundo da música, decidiu participar da primeira formação da Cia. Bate-Palmas, que preparava cerca de 40 membros para um cortejo no bairro. Seu carisma e perseverança chamaram a atenção de Parahyba, que pediu que ela continuasse na banda.

Elane, no entanto, continuava hesitante. Como os outros membros do grupo, enxergava aquela figura energética de calças e sapatos vermelhos e boina colorida com um ar de suspeita. A verdade é que todos achavam que Parahyba era meio louco.

Com a diminuição no número de membros e a solidificação do núcleo da banda, foi convidada a participar, mas precisava de uma ocupação que lhe desse uma renda fixa. Foi trabalhar como panfletista em sinais. Ficava cansada, com sede e com fome, enfrentando diariamente o calor e o barulho do trânsito. Chegava em casa queimada pelo Sol, mas com dinheiro para ajudar a família. Só desistiu da atividade depois que ficou doente, quando, então, decidiu voltar para a banda.

Apesar do número menor de membros, ainda sentia-se deslocada em meio a pessoas extrovertidas e comunicativas. Parahyba percebeu a timidez da garota, mas identificou uma fagulha de paixão pela atividade. Pediu para que ela cantasse na frente de todos. Embora estivesse embaraçada, acabou obedecendo e surpreendendo os ouvintes.

“Menina, você tem que ficar na frente do palco e tocar, você tem cara e jeito de artista”, afirmou Parahyba.

A primeira música que cantou junto ao grupo foi “Raízes da Angola”, composta por Parahyba em homenagem ao grupo de

capoeira homônimo do qual Elane participou. Desde então, sua performance apaixonada da canção tornou-se uma marca pessoal na banda, marcando quase todas as apresentações.



A família de Elane é uma das que foram expulsas da favela do Lagamar e forçadas a morar no Conjunto Palmeiras. Maria do Carmo Pereira Lima, avó paterna da garota, lembra que ninguém, homem, mulher ou criança, queria sair da favela para viver na periferia da cidade, apesar das enchentes constantes com as quais tinham que conviver na moradia antiga.

Alguns visitaram o terreno do conjunto habitacional e não gostaram do que viram. Referiam-se ao local como “Palmeira dos índios”, devido à paisagem desolada, uma comparação que ainda persiste entre os moradores atuais, ao lembrarem o passado.

O Palmeiras, naquela época, era sinônimo de vida de selvagem, de distanciamento da civilização. Morar no isolamento do conjunto habitacional era um retrocesso em todos os sentidos práticos: social, pois representava o abandono de familiares e antigas amizades; político, pois a distância manteria as reivindicações de classe distantes dos ouvidos do aparato administrativo da cidade; econômico, pois o trabalho e o mercado ficariam longe; e até mesmo tecnológico, pois teriam que sobreviver com recursos e técnicas arcaicas.

As favelas eram (e ainda são) vistas como sinônimo de problema social, embora pouco pensamento seja dedicado a avaliar por que, muitas vezes, tal vida em comunidade, com todos os percalços e dificuldades, é considerada atraente para uma boa parte dos habitantes.

Ainda hoje, pessoas que recebem moradias em conjuntos habitacionais bem mais equipados do que aqueles que eram construídos em décadas passadas preferem vender a habitação e voltar para a favela onde moravam, algo que é visto pela população de classe média como indício de ingratidão e má-fé.

A palavra “favela”, nome de uma planta resistente à seca típica do sertão, foi utilizada para batizar uma ocupação popular durante a Guerra de Canudos, o “Morro da Favela”. Com o fim do conflito, ex-combatentes voltaram ao Rio de Janeiro para ocupar o “Morro da Providência”. O governo não tinha verba suficiente para financiar as habitações de todos os soldados que retornavam do conflito, o que resultou na construção de barracos na elevação, que passou a ser chamada de favela, em referência ao morro de Canudos. Mas esse tipo de ocupação já existia desde o fim do

período escravista, no final do século XIX.

Com a institucionalização da propriedade privada, a partir da Lei Imperial de Terras de 1850 e do Código Civil de 1917, os escravos libertos tinham dificuldade em conseguir trabalhos dignos e não possuíam condições de comprar terrenos e sustentar moradias. No centro do Rio de Janeiro, passaram a viver em cortiços e habitações coletivas precárias.

A imigração europeia, a consolidação do trabalho livre e a falta de políticas de auxílio social acarretaram no crescimento urbano desordenado. As aglomerações de cortiços eram vistas como ameaças à saúde pública. No país inteiro, políticas de higienização visavam, com graus diferenciados de sucesso, empurrar os habitantes pobres de terrenos valorizados por um mercado imobiliário em ascensão para a periferia das cidades.

Esse tipo de habitação surge, portanto, a partir de uma necessidade histórica, fruto da expansão populacional e da escassez de terras que caracterizam os ambientes urbanos. A especulação imobiliária e a ingerência do Estado no uso da terra limitam as opções da população mais pobre. Quando não é possível comprar uma casa, apartamento ou mesmo terreno, as pessoas optam por construir habitações em locais abandonados e desvalorizados.

Mas essa ocupação inicial por força de necessidade não significa que a moradia em favelas é, por natureza, problemática. As principais dificuldades sofridas pelos habitantes são resultado menos da disposição espacial das moradias e mais da falta de serviços básicos e do preconceito que sofrem pela sociedade. O formato das habitações e das ruas é fruto direto das necessidades e da organização do espaço ocupado pelos indivíduos.

Longe de serem consideradas sujas, feias ou anarquizadas, as comunidades são vistas por seus próprios moradores como espaços harmônicos com uma ordenação exótica e agradável. As linhas e curvas seguem padrões naturais, espontâneos, que diferem dos modelos acadêmicos, mas que são, muitas vezes, tão ou mais eficazes. Ao se estudar de perto esses aglomerados de construções, é possível perceber até mesmo soluções coletivas profundamente engenhosas para problemas arquitetônicos e urbanísticos seculares.

A própria vida em comunidade, a proximidade entre amigos e familiares, a consciência coletiva e a comunhão com o próximo são aspectos da existência em favelas que ganharam caráter de essencialidade para os moradores. Vizinhos viram amigos próximos, e amigos próximos viram parentes. Quando as paredes são finas, metafórica e literalmente, as histórias de vida circulam livremente pelo bairro – a comunidade vira uma biblioteca de trajetórias e

biografias, uma rede social viva e pulsante.

Mas a convivência com outros indivíduos não é o único laço cultivado com uma comunidade excluída do resto da cidade. O ambiente é igualmente importante, ganhando vida e personalidade própria à medida que é ocupado e percorrido diariamente. O círculo geográfico daquilo que é considerado lar se expande para incluir as ruas, avenidas, calçadas, moradias, canteiros, edificações, muros, alicerces e, finalmente, o horizonte preenchido por árvores, mato e um céu sem nuvens.

O Lagamar, para os moradores, era tal ambiente. Deixar aquela vida de lado significaria abandonar toda uma malha manufaturada de memórias, contatos humanos e relíquias urbanas. O Palmeiras era um espaço virgem, e até mesmo o migrante mais otimista se dava conta do trabalho exaustivo que seria refazer, a partir do nada, toda uma concepção de lar.

Não à toa, muitos dos moradores mais antigos fazem questão de ressaltar que jamais abandonarão o bairro, pois participaram de todo o processo de sementeira daquele espaço e não têm desejo ou disposição para fazer tudo de novo. Enquanto suas vidas anteriores chegaram ao fim, renasceram dentro do Palmeiras. Maria do Carmo é apenas mais uma entre muitos que, quando perguntados sobre a possibilidade de viver em outro lugar, apenas respondem, com uma serenidade que beira o espiritual:

“Do Palmeiras, eu só saio morta”.



Cicero e Airton moravam na mesma rua e conheciam-se desde criança, apesar de não terem sido grandes amigos. A jornada dos dois começou com o mesmo ponto de partida e atingiu a mesma linha de chegada, mas os caminhos percorridos não poderiam ter sido mais diferentes.

Jovem, moreno, de físico atlético e bigode, Airton projeta otimismo com um sorriso quase sempre presente. Mais novo de três irmãos, gostava de música desde pequeno. O irmão do meio, André, tocava bateria e violão em igrejas. Assistindo aos ensaios e à atuação de André, a admiração pela música e pela vida itinerante dos profissionais do meio brotou naturalmente.

Foi através dele que Airton conheceu a Companhia Bate-Palmas. André foi, junto com Diego Mará e Parahyba, um dos idealizadores do grupo musical, em meados de 2006. Numa viagem para Palmácia como *roadie* da banda, Airton acabou se encantando pelo projeto. Assistindo à apresentação do grupo no palco, decidiu prontamente que aquilo que estava vendo era algo que teria interesse em fazer pelo resto da vida.

Algumas semanas depois, o Banco Palmas abriu novas inscrições para jovens interessados em participar da banda. Influenciado pelo irmão, Airton aceitou. No começo, aprendeu a manufaturar instrumentos como tambores e tamborins. Depois, aprendeu a tocar percussão, migrando, respectivamente, do tamborim para as caixas e, finalmente, para o repique, aperfeiçoando a batida junto aos outros membros mais novos. Posteriormente, aprendeu sozinho a tocar surdo e pistão.

Como a Companhia ainda não tinha condições de financiar seus membros, André deixou o grupo, pois precisava de dinheiro. Insistiu, no entanto, que o irmão mais novo permanecesse ali. Sabia que a participação de Airton na banda mantinha-o longe da influência da criminalidade do bairro, mesmo que, devido à baixa idade, ainda não pudesse ser remunerado.

A cultura das drogas que cerca a juventude do Conjunto Palmeiras é uma rede resistente, uma prisão cuja escapada muitas vezes depende de grande força de vontade, consciência de estilos de vida alternativos e ajuda externa. Airton contou com tudo isso.

A família sempre o apoiou nas empreitadas musicais. O pai, Antônio José, um homem com uma personalidade afável e brincalhona, frequentemente repreendia o filho quando detectava alguma esporádica falta de interesse pela banda. A mãe, Maria Nair, mulher com alma caridosa, já tinha uma percepção dos riscos que a juventude do bairro corria. Chegou a quase ser linchada por um grupo de adolescentes ao tentar separar uma briga entre dois garotos.

Ao mesmo tempo em que admirava o irmão do meio, Airton buscava fugir do contraexemplo definido pelo mais velho, Antônio Filho.

Antônio envolveu-se com o submundo do crime bastante jovem. Morou, durante muito tempo, com a avó em Messejana, escapando da influência dos pais. Foi traficante, participou de roubos e cometeu assassinatos. Rapaz alto, sua aparência bruta e disposição para a violência renderam-lhe, pelos outros jovens do bairro, o apelido de Toguro, um personagem grotesco e ameaçador do desenho Yu Yu Hakusho, exibido pela TV Manchete e popular entre jovens nos anos 90.

O uso excessivo de drogas pesadas danificou irreparavelmente a mente de Antônio. Diagnosticado com esquizofrenia, o rapaz deixou a vida de crime e, agora, vive com os pais e o irmão mais novo. Quando conhece alguém pela primeira vez, profere, por longos minutos e com um olhar intensamente fixo, intermináveis versos de um rap inacabado sobre a vida nas ruas, uma aparente influência do trabalho dos irmãos, mas, também, uma lembrança amarga de um

caminho alternativo que Antônio poderia ter tomado.

Airton enxerga em Antônio um exemplo de tudo aquilo que gostaria de se afastar. O irmão atua como uma bússola invertida, apontando sempre para a direção errada. Airton acredita que, de certa forma, a doença do irmão veio para melhorá-lo, já que, sem ela, a família ainda estaria sofrendo até hoje com o envolvimento dele no tráfico. Com o surgimento da doença, cortava-se o único laço da família com a criminalidade no bairro.

Ao participar do grupo musical, Airton forjou um laço de amizade com Cícero. Ambos moravam na mesma rua, mas nunca foram grandes amigos. Cícero atravessou um caminho oposto ao do companheiro de banda.

Baixo, magro e, como Airton, portador de bigode, Cícero é um jovem bem-humorado e brincalhão. Quando criança, vivia com a mãe, que o levava para pedir esmola em sinais, junto com os irmãos. Morou em diversas casas: foi criado pela mãe de um amigo e pela madrinha da irmã. Quando a mãe o abandonou em definitivo, aos treze anos, passou a morar com o pai. Foi durante esse período que se misturou definitivamente com as gangues de rua do Conjunto Palmeiras.

Envolveu-se em tráfico de drogas e participou de assaltos pela cidade. Viveu um cotidiano de tensão e medo constante, vendo corpos de amigos e companheiros caídos nas ruas da cidade, imaginando quando chegaria sua vez. Num universo em que as pessoas vivem pouco tempo, andam armadas e podem ser presas a qualquer momento, onde assassinatos são arranjados e a vida é banalizada, uma mera briga pode culminar em morte.

Em uma tarde como qualquer outra, caminhando pela Esquina do Pecado, subitamente, as ruas silenciaram. As pessoas estavam todas dentro de suas casas. Pedacos de lixo atravessavam a calçada, carregados pelo vento. Nenhum carro passava e não se ouvia um único latido de cachorro.

Cícero sabia o que isso significava. Dialogou tempo suficiente com as ruas sórdidas para compreender instintivamente um prelúdio de tiroteio. É como se a própria cidade anunciasse uma tragédia e as pessoas silenciassem, como mamíferos que comunicam, entre si, através da ausência de sons, o perigo iminente.

Dois tiros o fizeram correr. Dois tiros no vazio o empurraram para longe das ruas. Dois tiros penetraram um muro e cravaram uma lembrança de um dia fatídico. Nesse momento, congelado no tempo, o valor da vida de um jovem morador do Conjunto Palmeiras foi medido pela impessoal permutação de fatores do acaso.

Se a arma tivesse sido erguida com mais firmeza, se o vento e a gravidade tivessem encaixado a bala no ângulo certo, se o alvo tivesse

corrido para o lado errado, se o atirador tivesse tido mais paciência ao mirar ou, talvez, decidido que a vida de Cícero valia mais do que apenas duas balas, o último capítulo de sua narrativa seria escrito com um veio de sangue cortando uma calçada empoeirada. Apenas mais uma estatística frívola e esquecível de uma guerra sem fim.

Como que despertado pelos disparos, em um momento de impulsividade e desejo de se afastar de uma vida perigosa e sem perspectivas, inscreveu-se em um programa do Banco Palmas, imaginando que se tratava de um emprego comum. Não sabia que a inscrição era para fazer parte de uma oficina de confecção de instrumentos. Aceitou o convite de Parahyba para participar do grupo, pois estava desempregado e acreditava que qualquer atividade o ajudaria a se manter longe das ruas.

Hoje, Cícero tem a mobilidade restrita no Palmeiras. Limita-se a ficar na rua da casa e no entorno da avenida Valparaíso. As gangues de rua das comunidades do Jangurussú dividiram a área em diversos territórios. Palmeira 1, Palmeira 2, Esquina do Pecado, Favela do Circo, Beira-Rio – a juventude, principalmente aquela envolvida com o crime, não pode adentrar um território que não seja o seu, sob pena de violência ou mesmo morte.

Entre sussurros e fofocas desconexas, a palavra nas ruas é que a origem do costume remonta a uma briga entre dois chefes do tráfico em meados de 2000, motivada pela disputa por uma mulher. Um ficou com a namorada do outro e, desde então, os jovens do bairro sofrem as consequências de uma briga banal entre antigos irmãos.

Na banda, Cícero mostrou-se um aluno rápido. Com o tempo, aprendeu não só a tocar percussão, como também instrumentos de corda, e virou o baixista oficial do grupo, presenteando a plateia com um *nossas* denso e uniforme que ancora as batidas elétricas dos outros membros.

Em uma tarde na sede da banda, enquanto estavam confeccionando instrumentos, Cícero aproximou-se de Airton com a ideia de criar um grupo musical envolvendo as crianças de sua rua. Queria quebrar as barreiras territoriais entre os jovens e presentear as crianças com uma alternativa de vida. Dar, em retorno, algo que ele mesmo recebeu.

Airton concordou prontamente com a ideia. “Os garotos crescem com isso na cabeça, saem de casa para ver a violência nas ruas, às vezes convivem com violência em casa. Vamos mostrar um meio alternativo de viver, através da música”, disse.

Desde 2011, o Palmerê conta com quinze alunos, que se encontram semanalmente no quintal da casa de Airton para ensaiar. O princípio é o mesmo da Companhia Bate-Palmas: mudar a forma como as pessoas

enxergam o Palmeiras e a juventude do bairro através de uma música que mescla influências africanas e nordestinas para transmitir a trajetória e visão de mundo dos habitantes do bairro. Mas há, também, a ideia de desafiar os territórios que segregam os jovens das comunidades adjacentes.

Rafael de Oliveira Frota, outro membro da Cia. Bate-Palmas, também fundou um grupo musical formado por crianças e adolescentes do Palmeiras 2, o Ramulata. A banda utiliza materiais de sucata para a produção de instrumentos de percussão.

Os próprios membros de gangues elogiam a iniciativa dos grupos. Nenhum deles realmente acredita na divisão de territórios, mas nenhum tem a iniciativa de desafiá-la. Através do Palmerê e do Ramulata, Airton, Cícero e Rafael conseguem diminuir o abismo entre as crianças e adolescentes do bairro.

O sucesso inicial da empreitada intensifica ainda mais a melancolia dos momentos em que recebem notícias de colegas de infância assassinados, uma realidade que ainda consome a juventude do Palmeiras.

Mesmo depois de muita discussão com os amigos, um membro de quinze anos do Palmerê foi vitimado após deixar o grupo. Em um dia de trabalho como qualquer outro, Airton e Cícero recebem a notícia através de um amigo em comum, que parou com a bicicleta ao lado da sede da banda para comunicar a tragédia.

Ambos entram e conversam sobre o ocorrido, dividem memórias da convivência com o amigo e impressões sobre as circunstâncias da morte, enquanto olham para baixo, para o piso da sala de ensaios da Companhia Bate-Palmas, lamentando a perda de um irmão, relembando os momentos juntos e imaginando um corpo frio e sozinho, deitado na calçada, um semblante envergonhado da própria morte, o ritmo das batidas do coração cessando, sua música chegando ao fim.



Se a comunidade pode ser vista como uma entidade pulsante que funciona como um organismo vivo, harmônico e independente, para entender sua funcionalidade, há de se estudar seus órgãos e propriedades internas. O Conjunto Palmeiras, hoje em dia, é lar de diversas instituições irmãs que conquistaram papel essencial no cotidiano da população do bairro.

O Circo Escola e o Projeto ABC Palmeiras são duas importantes instituições de ensino dentro do bairro, criadas durante a gestão de Ciro Gomes como governador do Estado, tendo à frente a então primeira-dama Patrícia Saboya.

Inicialmente, as instituições surgiram no bairro Parque Santa Cecília,

fruto do trabalho voluntário de um grupo de mulheres que formaram o Conselho Comunitário dos Moradores do Parque Santa Cecília (CCMPSC), voltado para a solução de problema socioeconômicos do bairro.

Em 1991, o Governo do Estado do Ceará firmou um convênio com o CCMPSC, para a realização dos projetos “ABC – Aprender, Brincar e Crescer” e “Circo-escola”. O sucesso dos projetos levou à criação de instituições semelhantes no Conjunto Palmeiras pouco tempo depois, funcionando em parceria com entidades filantrópicas.

O ABC Palmeiras é dedicado à educação esportiva e cultural de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os jovens que estudam lá têm entre 6 e 18 anos e compõem grupos de orquestra sinfônica, capoeira, karatê e futebol, dentre outras atividades. A instituição também desenvolve projetos pedagógicos, estimulando as crianças a produzirem trabalhos sobre temas como drogas, sexualidade, aquecimento global, etc.

Já o Circo Escola é voltado para artes circenses. A instituição conta com professores e alunos malabaristas, contorcionistas, palhaços, acrobatas, trapezistas, além de oficinas de arte e passeatas de conscientização sobre violência e uso de drogas.

A Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras, conhecida como Creche Grande, foi fundada em 14 de outubro de 1982. É a creche mais antiga do bairro, criada e mantida durante os dez anos iniciais pela ONG suíça Terra des Hommes (TDH). Fundada em 1960, a TDH é uma federação internacional de entidades sem fins lucrativos que fornecem apoio a crianças carentes em mais de 72 países.

O Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras (CNCJ) também foi financiado pela TDH e também surgiu a partir da necessidade de acabar com a desnutrição infantil. A organização sem fins lucrativos foi fundada em 1985, fruto da iniciativa de profissionais de saúde. Até hoje, a instituição desenvolve estratégias de prevenção e tratamento da desnutrição e mortalidade infantil.

A atual coordenadora da Creche Comunitária, Célia Maria Alves da Silva, morava no Lagamar quando criança, antes de se mudar para o Palmeiras, há cerca de 30 anos. Ela trabalha na instituição há 15 anos, quando foi chamada para substituir uma funcionária encarregada da limpeza e teve os estudos financiados por um projeto da TDH.

A creche surgiu em um contexto de altíssima mortalidade infantil no conjunto habitacional. Pesquisadores da área de saúde da Universidade Federal do Ceará fizeram um estudo na região e chegaram à conclusão de que a principal causa de morte entre as crianças era a desnutrição. Por conta disso, a incidência de verminoses e diarreia era alta. Muitos pais

precisavam trabalhar fora do bairro e não tinham com quem deixar os filhos. Os moradores começaram a fazer reuniões na Palhoça para encontrar uma forma de aliviar o problema.

Um grupo de mulheres, Maria Soares, Maria Josina, dona Rosinda e dona Araci, se disponibilizaram a cuidar das crianças. Ficavam com os filhos de outras mulheres em suas próprias casas e eram financiadas através de doações de outros moradores e instituições.

Os habitantes do bairro se organizaram e trouxeram membros da TDH para conhecer o trabalho das mulheres da creche improvisada. A ONG decidiu fornecer verba para que elas pudessem comprar um terreno e manter uma sede própria. Membros da própria comunidade ajudaram a construir a casa.

Com o tempo, as filhas das fundadoras da creche passaram a administrar o local. Em 1986, quando a TDH estava tentando tornar as instituições financiadas mais autônomas, o Governo do Estado do Ceará passou a conveniar as creches comunitárias. A ONG suíça retirou a verba e redirecionou a outras entidades que precisavam de ajuda.

O suporte da administração estadual durou até 2008, quando o contrato reincidentiu e o Governo decidiu não renová-lo, cortando o apoio às creches comunitárias. Muitas creches acabaram fechando. O financiamento passou a vir da Secretaria de Educação da Prefeitura. O entendimento da administração municipal é que a creche é de responsabilidade da Associação de Moradores.

As exigências para as creches conveniadas, no entanto, são as mesmas de outras instituições de ensino, embora os benefícios sejam bem menores. Os professores, por exemplo, devem ter nível superior na área pedagógica. Apesar de terem as mesmas responsabilidades e carga de trabalho de outros profissionais de instituições públicas ocupando funções semelhantes, os auxiliares da creche ganham apenas um salário mínimo.

A secretaria também envia alimentos e concede um valor fixo para pagar as contas de água e luz, que geralmente ultrapassam a verba fornecida. Todos os meses, as administradoras têm que se virar para conseguir dinheiro suficiente para manter o local em pé, realizando bingos e pedindo doações. O arrocho financeiro tornou ainda mais difícil o trabalho sócio-educativo da instituição, que se recusa a cobrar mensalidades.

Se, inicialmente, o papel da creche era simplesmente manter as crianças ocupadas e bem alimentadas, com o tempo, o caráter pedagógico e educacional da entidade foi ganhando forma. Até o sexto ano de vida, a maioria das crianças está mais aberta para o aprendizado.

Alguns têm familiares próximos envolvidos com o tráfico.

Brincadeiras infantis de polícia e ladrão geram brigas porque a maioria prefere interpretar o papel de bandido. São constantemente bombardeados por Quando chegam à adolescência, surge o desejo natural pela autoafirmação. Mas de que forma um jovem morador pobre de uma favela brasileira vai se autoafirmar, se não através do envolvimento com o crime?

Célia e as outras educadoras da Creche Grande lutam para conseguir verba enquanto convivem, diariamente, com o desafio de instruir crianças cercadas pela cultura de criminalidade da juventude do Conjunto Palmeiras. Mesmo com todas as dificuldades, corajosamente abraçam sem reservas um trabalho desgastante, por reconhecerem a importância da instituição para as gerações futuras do bairro.



O baterista da Cia. Bate-Palmas, George José, é um jovem fã de bandas de rock hardcore e heavy metal, dono de um visual urbano, com longos cabelos enrolados em dreadlocks. Autodidata, aprendeu a tocar o instrumento ouvindo música e improvisando batidas em uma bateria imaginária.

Seu pai era baterista profissional de bandas de forró e ensaiava em casa, no Conjunto Palmeiras. Na época, George encarava esse trabalho como algo normal e não manifestava interesse pela música. Por ironia, quando o pai deixou a carreira musical para trabalhar como comerciante em uma loja no bairro Messejana, o garoto passou a se interessar por bandas de rock, como Gorillaz.

Na ausência dos instrumentos do pai, sentava no sofá da sala de estar, assistindo clipes de música da TV União, simulando os sons da bateria batendo em uma mesa e no encosto do móvel. Tirava, quase sem perceber, suas primeiras lições musicais, aprendendo a dominar o ritmo e a realizar viradas.

O pai não mostrava interesse em ajudá-lo a aprender a tocar, talvez por receio em ver o filho seguindo carreira musical. Um dia, no entanto, quando o viu simulando percussão em uma mesa de jantar, não resistiu ao impulso de corrigir os erros do garoto.

“Se você escreve com a mão direita, toque o sino alto com a mão direita, e a caixa com a mão esquerda.”

Foi sua primeira lição com o instrumento. Passou bastante tempo treinando freneticamente na superfície de objetos. Admirava imensamente a banda System of a Down, chegando a

comprar um aparelho tocador de mp3 em uma feira com todos os discos do grupo. Também virou fã de rappers como Eminem e o grupo Racionais MC e absorveu a influência de artistas brasileiros como Beto Barbosa, Pinduca e Luis Gonzaga através dos discos dos parentes.

Em junho de 2007, conheceu o projeto de educação musical da Cia. Bate-Palmas ao acompanhar um amigo que ia pagar uma conta no Banco Palmas. Aceitou participar das aulas de percussão, a contragosto dos familiares, que preferiam que o rapaz arranjasse um emprego formal.

A princípio, George não se identificava com o projeto, pois não se enxergava como um jovem em situação de risco que precisava ser resgatado. Com o tempo, passou a criar uma maior identificação com o grupo e ver aquilo como uma oportunidade de refinar seus dons musicais. Quando o projeto se transformou em banda, teve a primeira oportunidade de tocar uma bateria de verdade. O treino imaginário de vários anos acabou rendendo resultados, pois o domínio sobre o instrumento ocorreu de forma natural já a partir do primeiro contato.

Quando André, o irmão de Airton, deixou o grupo musical, George assumiu o papel de baterista da banda, primeiro ao juntar as caixas e o prato em um instrumento improvisado, depois em uma bateria de verdade.

George participa de outro grupo musical, a banda de rock Nifa, com amigos do bairro Montese. Mas a Cia. Bate-Palmas é, para ele, o principal meio de transmissão de sua sensibilidade artística, não só pela proximidade com pessoas que se transformaram em amigos próximos, mas também pela própria proposta social do grupo, de levar a música da periferia para o resto da cidade.

Antes de conhecer a banda, Amanda Fideles, irmã de Elane, não tinha muitas perspectivas profissionais. No colégio, não era muito estudiosa. Já formada, fez, à contragosto, cursos de atendente de telemarketing e auxiliar administrativa, mas não despertou muito interesse por essas áreas. Trabalhou numa empresa que vendia impressoras. Mais tarde, foi contratada para trabalhar no setor ambiental da Ecofor, concessionária da Prefeitura Municipal responsável por gestão de resíduos. Precisava de dinheiro para se sustentar e ajudar a família.

Descobriu a Cia. Bate-Palmas em 2008 por meio de uma amiga, Carla, que, na época, fazia parte do grupo. Participou das

oficinas patrocinadas pelo Banco Palmas, mas não demonstrou grande entusiasmo. Continuava no projeto apenas para se divertir e ficar ao lado dos amigos do bairro. Nessa época, a juventude entrava e saía das oficinas e não havia um grupo solidificado. O apelo principal do projeto era o caráter social, de convivência com outras pessoas da mesma idade.

Com o passar dos meses, Amanda foi afinando sua sensibilidade artística e criando um gosto pela arte, pela dança e pela dramaticidade das apresentações. Percebeu que as performances do grupo envolviam não apenas talento musical, mas também desenvoltura no palco e esforço em conquistar a plateia através de ferramentas estéticas, como pinturas corporais, jogos de luzes e movimentação rítmica.

Hoje, ela conquistou a tão sonhada independência financeira e mora em uma pequena casa no Conjunto Palmeiras com Elane, Kassia e Madalena, sua tia. As quatro dividem as contas e os afazeres domésticos e cuidam de dois animais de estimação: o gato Piu-Piu e o cachorro vira-lata Cheira-Vento, que deixam a casa com frequência e são vistos caminhando pelas ruas do bairro. Amanda forjou uma amizade forte com Kassia, companheira da Cia. Bate-Palmas e de um grupo feminino de ritmos afro-brasileiros, o Samba de Rosas.

Durante a infância e início da adolescência, Kassia era extremamente tímida, falando pouco, encarando sempre o chão e se recusando a interagir com outros jovens. No colégio, odiava fazer trabalhos em grupo. Membro bastante antigo da banda, ela perdeu o medo de se expressar por meio das oficinas do Banco Palmas e do convívio com os colegas de trabalho. A banda acabou virando uma segunda família.

Um dos membros mais jovens do grupo, José Luiz, chamado de Zé pelos amigos, também se libertou do casulo da timidez através da música. Conheceu a banda em uma apresentação na escola. Abordou Parahyba, perguntando se poderia fazer parte. Embora permaneça um jovem quieto e introspectivo até hoje, ele aprendeu a se expressar com mais frequência e a externar, no palco, seu apreço pela arte. Durante os shows, está sempre sorridente, batendo nos tambores com força e descontração.

Na música da Cia., marcada pelas apresentações energéticas, aqueles de coração receoso não têm vez. Entregar-se de corpo e alma aos ensaios e shows é um desafio constante. Quando sobe ao palco, a banda encanta um público que deseja, naquele momento,

ceder controle. Querem ser conquistados e manipulados pelos artistas responsáveis pela música. É por meio do eterno esforço para projetarem confiança e cativarem a plateia que os membros da Cia. Bate-Palmas superam a timidez e a insegurança, encontrando, no caminho, um veículo de amadurecimento e expressão pessoal.

Depois de incessantes apresentações, Kassia, atualmente, é segura de si e adepta de um humor sardônico, que esconde sua faceta generosa e sensível. Em um dia na sede da banda, depois de uma apresentação casual para um grupo de visitantes, teve a beleza elogiada por um dos espectadores. A mesma jovem que, há alguns anos, não conseguia conjurar forças para encarar um interlocutor nos olhos, não titubeou ao comentar:

“É, eu sei que sou bonita”.



Capítulo 4: Finanças

“Fazer dinheiro é arte, trabalhar é arte e
um bom negócio é a melhor arte.”

- Andy Warhol

O Banco Palmas é, hoje, umas das instituições mais famosas do bairro, o principal motivo pelo qual o Palmeiras é reconhecido como uma favela onde os habitantes se organizam para melhorar as próprias condições de vida. A instituição representa a culminação de mais de duas décadas de lutas pelos habitantes, mas surgiu quase que por acidente.

Na metade dos anos 1990, a Asmoconp encontrava-se com uma situação financeira alarmante. A entidade, outrora orgulhosa da independência frente a agentes políticos, passou a ter dificuldades em se autossustentar. O Prorenda, programa de auxílio a entidades comunitárias do governo, estava encerrando as atividades. Com isso, ia-se embora a principal fonte de recursos da associação.

Com o cenário preocupante, a Asmoconp passou a organizar reuniões às quartas-feiras, no período da noite, para discutir o problema financeiro e, esperava-se, descobrir uma solução. Os associados decidiram empregar o que restava dos fundos para continuar o relato da história do bairro, a série *Memórias de Nossas Lutas*, uma forma de utilizar o último fôlego da entidade de forma construtiva e honrosa para com os moradores. O segundo volume da série foi intitulado *A História de um Povo que se Organiza, Busca Parcerias e Urbaniza seu Bairro*.

Durante as entrevistas com os habitantes para a elaboração do livro, uma reclamação era frequentemente repetida: moradores de longa data estavam se mudando do Conjunto Palmeiras. Ao averiguarem as informações, os associados da Asmoconp entraram em desespero com a descoberta de que um terço dos habitantes do bairro tinha menos de dois anos de residência.

Os moradores antigos, sobreviventes do êxodo e das dificuldades do “tempo do começo”, companheiros de conflitos para a melhoria da comunidade, estavam deixando o local devido ao aumento no custo de vida. A “vida de índio” de antigamente era dura, mas barata. Com a urbanização crescente, veio conta de luz, água, telefone e IPTU. Os terrenos eram mais valorizados. Ironicamente, o sucesso das lutas sociais e a melhora na qualidade de vida eram responsáveis pela expulsão dos próprios moradores responsáveis pelas transformações. Incapazes de sustentar os lares, os habitantes mais velhos mudavam-se para comunidades distantes e mais precárias.

A dinâmica que tomava conta do Palmeiras naquela época repete-se, hoje em dia, nas favelas do Rio de Janeiro, as quais ganharam mais atenção do Governo. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)

expulsaram os traficantes que dominavam as comunidades. Ações dos três poderes foram responsáveis por melhorias na infraestrutura das habitações. As mudanças trouxeram benefícios para os moradores, mas também geraram transformações no perfil demográfico das favelas. Entre 2008, início da implantação das UPPs, e 2011, o valor dos alugueis saltou 6,8% mais do que no resto da cidade.

Com mais garantia de segurança, habitantes de outras áreas passaram a considerar a ideia de morar em locais que, anteriormente, não aceitariam. Turistas passaram a frequentar e gastar nas áreas mais pobres. O fluxo de migração e turismo elevou os preços dos imóveis e dos serviços nas favelas cariocas. A “pacificação” abriu espaço para que técnicos de empresas de eletricidade acabassem com a prática do “gato”, as ligações clandestinas de luz nas moradias. Empresas mais elitizadas abriram novos negócios.

Uma combinação de fatores oriundos de intervenções aparentemente positivas acabou tornando as favelas do Rio ocupadas pelas UPPs mais atraentes para a classe média, expulsando parte dos habitantes mais antigos, que perderam a capacidade de sustentar a moradia nas favelas. Sobraram, aos excluídos, as áreas ignoradas pela especulação imobiliária em bairros distantes.

Confrontada por uma realidade semelhante à do Rio de Janeiro, que empurrava os companheiros de lutas para fora do Conjunto Palmeiras, a Asmoconp percebeu que a urbanização pura e simples, sem uma alternativa de geração de renda, não ajudava os moradores – pelo contrário, só prejudicava. Mesmo com diversas conquistas, o próprio sistema econômico vigente atuava na segregação da população do bairro.

A associação passou a estudar uma forma de contornar a situação. Em 1997, realizou 45 reuniões com produtores, comerciantes, sócios da entidade e moradores em geral.

Notaram que os habitantes passavam por dificuldades ao tentar iniciar empreendimentos, pois, sem experiência anterior, fiadores ou renda comprovada e com nomes “sujos” no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), era bastante difícil conseguir financiamento. Os poucos produtores locais não conseguiam se sustentar, pois as famílias faziam as compras fora do bairro. Havia um número grande de pessoas com uma gama ampla de habilidades para gerar artesanatos, roupas, alimentos e outros produtos, mas sem renda fixa.

Também percebeu que os pequenos produtores, além de existirem em número limitado, não conseguiam comercializar os produtos no bairro, pois os moradores preferiam consumir fora do Palmeiras, já que os preços

eram mais baixos e havia mais flexibilidade no parcelamento das compras.

A Asmoconp chegou à conclusão de que, mais do que investir em renda, o que o bairro precisava era de uma forma de organização de consumo. Era necessário elaborar um projeto que, simultaneamente, educasse os moradores a consumir localmente e estimulasse a produção local.

Em uma das reuniões da associação, timidamente, uma das moradoras deu a ideia:

“Nós poderíamos fazer assim, que nem tem por aí... A gente podia ter o nosso cartão e comprar aqui mesmo.”

Uma súbita fagulha de inspiração colocou todos os membros da Asmoconp presentes na reunião em estado de euforia. Se as famílias tivessem acesso a uma ampla gama de produtos e um cartão de crédito para gastos locais, não haveria motivo para consumir fora do bairro. Com a certeza de que aquela era a peça-chave para a resolução do problema que enfrentavam, a associação começou a delinear um programa de planejamento baseado em duas soluções.

O primeiro elemento do projeto de geração de renda e trabalho no bairro seria uma linha de financiamentos em microcréditos. A criação dessa política de inclusão social é associada a diversas organizações fundadas em Bangladesh, especialmente o Grameen Bank (Banco da Aldeia), chefiado pelo economista e vencedor do prêmio Nobel Muhammad Yunus. O banco popular concede empréstimos “solidários”, que não ultrapassam o valor de 50 dólares, a pessoas pobres que normalmente não contam com fiadores, emprego estável ou um histórico crediário verificável.

Os microcréditos surgiram como uma tentativa de diminuir a pobreza na região, aumentando a renda e estimulando pequenos empreendimentos. Como a maioria dos devedores são mulheres, a política também adquire um caráter de estímulo à autonomia feminina.

Até 2008, o total de empréstimos a pessoas pobres realizados pelo banco havia ultrapassado o valor de 7,6 bilhões de dólares. A política passou a ser adotada por instituições financeiras maiores, dedicadas ao lucro, fornecendo microcrédito a pequenas empresas a juros bastante altos, desvirtuando a característica solidária do conceito.

O outro elemento do projeto de incentivo ao consumo local da Asmoconp seria um cartão de crédito próprio, para consumo em empreendimentos locais. Com isso, fechariam o círculo de uma economia microgerenciada que estimularia a solidariedade entre consumidores e produtores em uma rede autônoma. O modelo de distribuição de riqueza seria centrado na ideia de que o consumo é não apenas um ato econômico, mas também político.

O funcionamento do projeto inteiro dependia do senso de comunidade, da união entre os moradores e do sentimento de identidade típico do Conjunto Palmeiras. Era preciso dedicar atenção à conscientização das pessoas que buscassem auxílio ao banco, para que elas ficassem cientes de que o projeto não era voltado para indivíduos, mas para a melhoria do bairro como um todo. Dessa forma, o senso de responsabilidade com as dívidas ao banco era misturado com o próprio senso de dever com a comunidade.

Ao implementar soluções de autogestão coletivas e democráticas motivadas pela solidariedade prática com grupos de pessoas financeiramente prejudicadas, a Asmoconp estaria adentrando o terreno global da economia solidária, uma política econômica ancorada no cooperativismo e na valorização do ser humano em detrimento do capital. O propósito da economia solidária é “humanizar” o capitalismo, oferecendo uma solução social deslocada da lógica do lucro puro.

Em homenagem às lutas passadas e aos moradores que participaram delas, a instituição criada pela Asmoconp para colocar em prática o projeto de distribuição de renda e economia solidária foi batizada de Banco Palmas. O cartão de crédito ganhou o nome de PalmaCard.

A execução da linha de crédito para os moradores teria que seguir regras diferentes daquelas usadas pelas instituições financeiras convencionais. A maioria dos habitantes do Conjunto Palmeiras estava fichada no SPC, na Centralização de Serviços dos Bancos S.A. (Serasa) e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadim).

Chegaram à conclusão de que, numa comunidade aberta, em que as pessoas trocam informações e bens rotineiramente, não havia ninguém melhor para avaliar os solicitantes do que os próprios vizinhos. Desse modo, a associação decidiu analisar a credibilidade dos devedores em potencial através de conversas com os vizinhos sobre a personalidade dos solicitantes, seu histórico empregatício e relacionamento com a comunidade. Tal medida, além de servir como uma forma de avaliação de risco, teria o efeito colateral de estimular uma convivência mais diplomática entre os moradores do bairro.

Delimitado o projeto, faltava financiamento para empurrar a instituição para frente. O Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (Cearah Periferia), uma ONG dedicada à melhoria de vida nos assentamentos urbanos, colaborou com um empréstimo de 2 mil reais. Era pouco, mas a associação esperava que a atenção gerada pela natureza pouco convencional do novo empreendimento ajudaria a conseguir mais empréstimos.

O dia da inauguração, em 20 de janeiro de 1998, contou com a presença

de representantes do governo, trabalhadores sociais, líderes políticos, moradores do bairro e veículos de comunicação. Até o final da solenidade, vinte famílias aceitaram o PalmaCard e cinco produtores receberam créditos em cheques. Cinco comércios locais aceitaram o cartão.

O clima foi de sucesso e troca de congratulações, mas a incerteza ainda pairava entre os administradores do Banco Palmas. Embora tivessem experiência com o gerenciamento das obras de urbanização do bairro, ninguém ali havia tido qualquer prática com gestão de instituições financeiras. No dia seguinte, todo o dinheiro do banco havia sido emprestado.

Além da dificuldade em conseguir financiamento, os administradores do banco sentiram o peso da responsabilidade de ser vistos como agentes políticos transformadores. Nos dias seguintes à abertura, vários moradores em situação de vida precária adentravam o Banco Palmas em busca de ajuda. A convivência diária com essas pessoas passou a ser vista como uma oportunidade de compreender e encarar diretamente os problemas que os associados buscavam solucionar.

No final do primeiro mês, o peso das finanças foi aliviado pelos primeiros pagamentos dos devedores. No quarto mês, o banco firmou parcerias com organizações de cooperativismo e fez novos empréstimos. Ao final do primeiro ano, tinham 15 mil reais em caixa e 120 cartões distribuídos entre os moradores. Os comerciantes mantinham certa resistência à adoção do Palmacard, mas, um por um, ao longo do primeiro ano, foram conquistados.

O sistema de empréstimo baseado em microcréditos e o Palmacard foram apenas os primeiros projetos criados pelo Banco Palmas. Com o passar dos anos, uma série de produtos foi surgindo, todos objetivando uma estratégia de produção sustentável integrada em uma rede de Socioeconomia Solidária. Faltava, no entanto, dar visibilidade às iniciativas.

Uma das primeiras ideias foi a “Feira dos Produtores Locais”, criada para estimular o consumo dos produtos do bairro, impulsionar o comércio, servir de ambiente de lazer para as famílias e trazer atenção ao Banco.

Foi criada, também, uma Loja Solidária, aberta diariamente na sede do banco, e as primeiras moedas do bairro, os Palmares e os Palmarins. Clubes de troca permitem que produtores comercializem os produtos que não conseguem vender recebendo em moeda local. Mais tarde, surgiram os Palmas (P\$), moeda que se mantém até. Cada Palmas vale um real. O objetivo é manter o comércio dentro do bairro, já que a moeda não tem valor no resto da cidade. O banco também organiza famílias do bairro para compras coletivas que reduzem os custos e

beneficiam os empreendimentos ligados à economia solidária.

Uma das preocupações da instituição é a profissionalização dos moradores do bairro. Para isso, criaram o Palmatech, um espaço na sede que oferece oficinas e cursos de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos. Os gestores do Banco Palmas elaboram materiais pedagógicos, publicações e relatórios a serem usados nas aulas. A Palmatech foi financiada por 51.000 reais doados ao banco e convertidos em *palmas*. O dinheiro também foi utilizado nos microcréditos concedidos pela instituição e na construção de uma escola.

Um mapeamento do consumo na comunidade trouxe à tona o fato de que a maioria dos gastos dos habitantes são voltados para a aquisição de alimentos. Para estimular o consumo interno e a autossuficiência, criaram o Laboratório de Agricultura Urbana, um espaço na sede dedicado ao cultivo de plantas medicinais, hortaliças, frutas, flores e criação de galinha caipira, comportando também um minhocário e um tanque de compostagem de lixo, tudo numa perspectiva orgânica e agroecológica. O laboratório é o local onde as famílias aprendem práticas agrícolas a serem desenvolvidas nos quintais de suas próprias casas.

Para alcançar moradores abaixo do nível de pobreza, criaram a Incubadora Feminina, dedicada à formação profissional de mulheres pobres através de cursos de capacitação. Entre 2001 e 2010, a iniciativa já capacitou mais de 160 mulheres e inseriu cerca de 60% dessas no mercado de trabalho.

O banco também tem empreendimentos próprios, com unidades produtivas dedicadas ao atendimento das necessidades locais, organizadas em um sistema de rede, como a PalmaFashion, que trabalha com confecções e acessórios para vestimenta; a PalmaNatus, que produz sabonetes artesanais fitoterapêuticos e xaropes; e a PalmaLimpe, uma microempresa que fabrica materiais de limpeza como detergente, desinfetante, água sanitária, amaciante e cera líquida.

Os microcréditos, com o tempo, foram divididos em diversas categorias. Aqueles para produção, comércio, ou serviço são destinados à ampliação ou criação de micro e pequenos empreendimentos, com um limite de crédito no valor de mil reais e necessidade de aprovação em um comitê. Os empréstimos por PalmaCard e *palmas* são destinados ao consumo local. O PalmaCasa é um serviço de crédito para pequenas reformas de moradia. O Palmas Microseguro é um seguro de vida para a população de baixa renda, com auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e direito a um sorteio mensal pela Loteria Federal no valor de cinco mil reais. Há também uma linha de microcréditos

específicos para as mulheres da Incubadora Feminina, uma linha de crédito produtivo para beneficiárias do programa governamental de assistência social Bolsa Família e uma linha para projetos de Agricultura Urbana, desenvolvidos nos quintais de residências.

A instituição passou, também, a atuar como correspondente bancário, permitindo aos moradores realizar pagamentos, abrir conta corrente, poupança e outros serviços bancários sem sair do próprio bairro. O banco realiza uma média de 17.000 transações por mês.

Mesmo com o desenvolvimento de todos esses programas, o sucesso da empreitada ainda não gerou uma independência financeira. Para manter-se em funcionamento, o Banco Palmas precisa de doações anuais de financiadores internacionais ligados ao cooperativismo, como a Oxfam International, uma confederação de organizações dedicada à busca de soluções para a pobreza e injustiças sociais. O banco também faz parcerias com entidades e órgãos do Governo. A autonomia financeira, no entanto, é um dos objetivos dos administradores da instituição.

Mas a experiência bem-sucedida no Conjunto Palmeiras produziu frutos. Com o tempo, outras entidades semelhantes foram criadas em diversos estados, todas inspiradas pelo Banco Palmas e com o apoio da instituição, em uma rede nacional de socioeconomia solidária. Atualmente, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários conta com 79 bancos pelo País, todos com sistemas de crédito, programas de estímulo à criação de redes de consumo e produção locais e moedas sociais circulantes, atuando em áreas carentes historicamente negligenciadas pelo Governo.

O Banco Palmas é uma extensão natural da trajetória de lutas dos moradores do Palmeiras. Muitos dos administradores atuais estiveram diretamente envolvidos em episódios emblemáticos da história do bairro. O coordenador geral, importante líder comunitário e uma das pessoas que mais atuaram na criação do banco, é o já citado Joaquim de Melo, cuja formação política e social se deu ainda na época em que atuava como seminarista na CEB do Palmeiras. Sua esposa, Sandra Magalhães, é coordenadora de relações institucionais e projetos do banco. O banco também tem Neide Costa como coordenadora pedagógica, Adriano Augusto como coordenador de crédito, Jaqueline Dutra na gerência executiva e Otaciana Barros como gerente de correspondente bancário, além de vários outros membros de uma equipe dedicada à melhoria na qualidade de vida do bairro através de solidariedade e organização coletiva.

Para os habitantes, a instituição é um dos marcos da comunidade, um símbolo de engenhosidade popular e da luta cotidiana por mudanças sociais. No plano nacional, é visto como um projeto

apaixonado que conquista cada vez mais adeptos e ganha espaço importante entre as estratégias de combate às injustiças sociais.

Um banco do povo, para o povo. Em um muro do lado de fora da sede da entidade, uma frase do economista Paul Singer resume toda a filosofia por trás do Banco Palmas:

“Ninguém supera a pobreza sozinho.”

Para a Cia. Bate-Palmas, música é trabalho. É uma atividade feita com paixão e dedicação, capaz de trazer alegria e prazer incomensurável, mas é, também, a forma que os membros encontraram para pagar as contas e colocar comida na mesa. Arte, para eles, não é um ideal romântico de expressão pessoal ou um passatempo desprezível, mas uma necessidade pragmática que gera tensão e cujo peso da responsabilidade pode ser sentido todo dia, quando as despesas se acumulam.

Na sede da banda, os ensaios são frequentemente precedidos por discussões sobre as finanças. Em uma losa na parede, são anotados os dias de trabalhos, os festivais, eventos e apresentações que a banda irá participar. Todos vasculham editais da prefeitura e do governo do Estado, em busca de shows, mas é Elane que é encarregada de preencher os documentos.

A maioria dos membros não se sustenta apenas com o dinheiro das apresentações. Amanda trabalha na Ecofor. Rairton, um violinista virtuoso, e Danilo, guitarrista talentoso e bem-humorado, músicos mais experientes que trabalham ocasionalmente com a Cia Bate-Palmas, fazem apresentações em bares e restaurantes, junto com outros colegas, e dão aulas de música. O grupo também manufatura instrumentos musicais, organiza brechós para vender roupas usadas e participa de feirinhas realizadas no Palmeiras ou em outros locais da cidade, como a praça da Gentilândia, no bairro Benfica, vendendo peças artesanais e de vestuário.

Apesar do forte fluxo de turistas que visitam a cidade, da abundância de bares e restaurantes com música ambiente e da atmosfera geral de centro cultural, a vida de artista em Fortaleza é cheia de percalços. Músicos com anos de carreira, às vezes décadas, vivem no limite da falência, entre uma ou outra gig, encaixando na agenda diária shows ao vivo, aulas de instrumentos musicais e apresentações com remuneração baixíssima em estabelecimentos comerciais, tentando chegar ao fim do mês com o mínimo de despesas.

Aqueles que chegam a alcançar projeção nacional, apesar de certamente talentosos, frequentemente devem o sucesso a uma

confluência favorável de bons contatos e sorte. Muitas vezes, optam por ritmos musicais mais palatáveis ao grande público, sacrificando autonomia e estilo por uma carreira com maior potencial financeiro.

A vida não é fácil para a banda. A maioria dos trabalhos vem de editais públicos para shows organizados pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) e outros órgãos da prefeitura da cidade, como a Secretaria de Direitos Humanos, que realiza eventos culturais na Praça do Ferreira. São as atividades mais lucrativas para a banda. O grupo faz apresentações particulares, embora em número bem mais reduzido. Viagens para shows e oficinas de confecção de instrumentos no interior do Estado são realizadas ocasionalmente.

A banda foi formada pelo Banco Palmas e faz shows para os pesquisadores e visitantes que adentram a instituição, mas, no geral, é autogerida e financeiramente independente. Os membros vivem um cotidiano de constante planejamento de gastos. Alguns sofrem pressão dos familiares para arranjar empregos mais convencionais, com carteira assinada, e escapar da imprevisibilidade da vida de artista.

Para complementar a renda, alguns deles participam de outros grupos musicais. Kassia e Amanda cantam e tocam no Samba de Rosas, grupo feminino com forte identificação com a cultura negra que também conta com as músicas Jacinta Aquino, Micaela Gomes, Aline Marques e Mona Mendes. George participa de um grupo de rock chamado Nifa com amigos do bairro Montese. Airton, Rafael e Cícero trazem arte para o dia-a-dia das crianças do bairro com o Palmerê. Parahyba faz trabalhos solo.

Apesar de todas as dificuldades, não conseguem imaginar outra vida que não a de artistas. Donos de almas itinerantes preenchidas de inspiração, certamente experimentariam dificuldades com o cotidiano tedioso de um emprego convencional. A música lhes fornece a oportunidade de ser diferentes, de destacar-se em um mundo onde as individualidades perdem espaço, de não acomodar-se com o mero papel de peças em uma grande engrenagem burocrática.

Mesmo participando de outros grupos, a Cia. Bate-Palmas é, para eles, o principal meio de expressão artística. Mas é, também, um trabalho a ser levado a sério. Longe de encararem a banda como um veículo de descontração, os jovens enxergam a música como uma ciência, dedicando ampla concentração aos ensaios e estudos musicais. As apresentações são planejadas com antecedência, a coreografia no palco e os arranjos musicais unem todos em exaustivas sessões de dinâmica coletiva em que ideias são atiradas, refletidas, descartadas e aperfeiçoadas.

O perfeccionismo aplicado às performances no palco e o estudo

intenso da música não deixam nada a dever ao esforço despejado por pesquisadores em trabalhos acadêmicos. Para quem nasceu com vocação para a arte, trazer ritmo e diversão aos outros é um chamado, um dever. A recompensa é um sorriso no rosto de um estranho, uma retribuição pequena frente às dificuldades financeiras e ao esforço despejado no exercício da profissão. Mas não há espaço para arrependimentos. Ao invés de questionarem as escolhas pessoais e indagarem sobre o que o futuro lhes reserva, pegam um instrumento e ensaiam a próxima apresentação. Afinal, se não dedicassem a vida à música, o que fariam?



Capítulo 5: Palmas

“Qual é o som de uma única mão
batendo palma?”
- Confúcio

A estribaria virou escola. As barracas de taipo dispersas e pouco numerosas se transformaram em casas de tijolo. As vias cobertas de mato e lama viraram ruas com caminhos de pedra. Os habitantes excluídos e miseráveis, adeptos de técnicas e estratégias de sobrevivência, viraram comerciantes, artistas, professores, profissionais liberais.

O Conjunto Palmeiras, de terreno demarcado, lar de raposas, cobras, guaxinins e cassacos, virou favela em situação de risco e, finalmente, bairro com forte identificação comunitária. “Deus criou o mundo e nós criamos o Palmeiras”, afirma um morador. Os habitantes constantemente descrevem a si mesmos como palmeirenses, habitantes de uma pequena “cidade dentro da cidade”. A constatação sobre o quanto a comunidade cresceu é imediatamente acompanhada de um sentimento de orgulho e nostalgia pelas lutas que uniram os habitantes.

A situação do bairro indiscutivelmente mudou. Se, antigamente, a morte de infantes era uma ocorrência mensal, entre agosto de 2009 e julho de 2010, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quatro óbitos de crianças com menos de um ano de idade foram registrados. A mesma entidade calcula o índice de alfabetização de pessoas com mais de 5 anos de idade em 87,5% da população residente.

As lutas por água e energia elétrica também geraram frutos. 97,64% dos domicílios têm acesso à rede geral de abastecimento de água. 99,24% contam com energia elétrica.

O saneamento básico, no entanto, ainda é precário, um problema que aflixe praticamente todas as comunidades pobres que compõem a Secretaria Regional VI. Em 2010, apenas 24,56% dos imóveis da região tinham acesso à rede pública de esgotamento sanitário. A população do Palmeiras sofre com fossas a céu aberto e lixo amontoado nas ruas. O rendimento médio dos domicílios continua baixo: 803 reais, pouco acima do salário mínimo.

Enquanto os roubos e furtos registrados no bairro sofreram queda nos últimos anos, os homicídios só aumentaram. Em 2007, ocorreram 11 assassinatos. Em 2008, o número pulou para 20 e, em 2009, para 45. Durante os quatro primeiros meses de 2012, foram 33 homicídios no bairro e na área adjacente do Jangurussú. O tráfico de drogas continua intenso: a Polícia Militar identificou, em 2012, grupos criminosos nos territórios do Circo Escola, Jagatá, Saquarema e Piçarreira, áreas do Conjunto Palmeiras.

Hoje em dia, são cerca de 37 mil pessoas vivendo no bairro. Uma boa

parte mora no território conhecido informalmente como Palmeiras 2, formado pelos que vieram depois dos êxodos iniciais, por vontade própria, preenchendo a periferia da comunidade. São ruas irregulares e esburacadas, com habitações mais precárias do que aquelas dos moradores “tradicionais”.

Os moradores dessas áreas frequentemente reclamam que são negligenciados pelas associações e entidades do Palmeiras. Não se sentem representados. De fato, a maioria das instituições do bairro limita-se a atuar na área original do conjunto habitacional.

A própria população da comunidade colabora com a distinção entre os territórios. Referem-se aos habitantes do Palmeiras 2 como pessoas “de fora”, que chegaram mais tarde e não participaram dos protestos e reivindicações que marcaram a história inicial do bairro. Muitos atribuem a violência do cotidiano atual da região e a criminalidade crescente a essas ocupações irregulares.

O conceito de comunidade abrange aspectos positivos da convivência coletiva, como a solidariedade, a interação e a harmonia entre semelhantes, mas também pressupõe implicitamente a ideia de exclusão. Com a criação dos laços de fraternidade que unem os membros, há a tendência de se subestimar o valor daqueles que se encontram fora do círculo.

Muitos dos moradores atuais vieram para o Palmeiras porque foram expulsos de seus lares anteriores. Os habitantes da periferia da comunidade, por outro lado, vieram forçados por circunstâncias econômicas e sociais. Hoje em dia, boa parte sofre com a ironia é que, numa comunidade historicamente negligenciada pelo Governo e discriminada pela população da cidade, há um grupo de moradores excluídos vivendo em situação ainda mais precária. Uma periferia da periferia.

Nos últimos tempos, no entanto, tem havido uma maior mobilização por melhorias em todo o bairro, e não apenas na área original do conjunto habitacional. No dia 26 de janeiro de 2012, uma reunião na “Palhoça” foi organizada pela Asmoconp para reivindicar pavimentação em ruas, substituição da rede de esgoto por uma mais moderna e reforma de um dos postos de saúde, entre outras demandas.

Um dos presentes é Wayne Tiago, conhecido no Palmeiras como antigo apresentador da rádio comunitária da CEB, a Rádio Santos Dias, e candidato a vereador mais votado na eleição de 2000. Desconfiado da administração pública, em sua fala, ele lista demandas antigas que nunca foram atendidas e afirma ter documentação que comprova o sucateamento de escolas da região.

A presença do vereador e presidente da Câmara Municipal Acrísio Sena e da assessora do vereador Guilherme Sampaio, ambos políticos

do PT, deixa claro que a dinâmica de negociação entre os moradores e as forças políticas da cidade mudou muito. Se, antes, as mudanças eram conquistadas a partir de uma relação de oposição, com protestos, passeatas e ações de desobediência coletiva, hoje em dia, a comunidade, mais organizada, busca negociar diretamente com agentes e representantes políticos. O embate deu lugar à diplomacia.

Durante a reunião, novas caras e figuras importantes da história do Palmeiras se manifestam sobre problemas atuais e desafios a serem enfrentados. A luta por melhorias é um processo contínuo, que ainda não chegou ao fim. Os líderes comunitários e a população tiveram que se adaptar, em discurso e atitude, à nova realidade do bairro, mas continuam a habitar aquele mesmo espaço histórico dentro da Paróquia, trocando informações e sugestões, educando uns aos outros, organizando demandas, exigindo mudanças, fazendo política coletivamente, passo a passo, ano após ano.

Augusto está presente na reunião. Aquele mesmo senhor persistente que, em décadas passadas, deitou no asfalto para impedir a passagem de ônibus pelo bairro, ainda está ali, ao lado de companheiros de luta como Francisco José Cirilo e Marinete Brito. Quando conversa com visitantes, gosta de passear pelas ruas do bairro, mostrando as instituições e lembrando acontecimentos marcantes.

Caminhando pela Valparaíso sob o Sol da tarde, ele passa por cima de um declive no asfalto. Augusto lembra que, no passado, o governo construiu uma plataforma em forma de ponte acima do buraco, para que os carros pudessem atravessar a via em segurança. Pouco tempo depois, a ponte caiu, prejudicando o trânsito no bairro.

Imediatamente, os moradores se reuniram para consertar a avenida. Levaram os materiais de construção em carrinhos, trouxeram a argamassa e passaram as ferramentas de mão em mão, trabalhando e suando sob o calor da manhã. Em poucos dias, há décadas atrás, terminaram a obra. A ponte na avenida resiste até hoje.



É o primeiro dia do evento. O público é pequeno, a maioria das pessoas está dispersa pelo terreno onde se realiza o II Festival Latino-Americano das Juventudes em Fortaleza – O canto de um novo mundo. Alguns poucos se posicionam para assistir ao show.

O dia é 8 de outubro de 2011, às 21 horas. O local é a praia da Sabiaguaba, no sudeste de Fortaleza. O festival, uma realização da prefeitura da cidade,

tem como proposta estimular a troca de experiências entre diferentes formas de organizações culturais, políticas e sociais da juventude, com encontros, oficinas, mesas de discussão, palestras e outras atividades envolvendo entidades como Projovem Urbano, Central Única de Favelas, Conselho Municipal de Juventude, Fórum Social das Américas, Juventude Negra Kalunga e MST, entre outros.

Os membros do grupo estão nervosos. A atração seguinte é o cantor Arnaldo Antunes, ex-vocalista do grupo Titãs. Apesar do número limitado de espectadores no momento, a estrutura é grande, o maior palco em que já pisaram. Como sempre fazem antes de cada show, reúnem-se no camarim e repassam tarefas e detalhes, relembando o *mise-en-scène* do palco. O roteiro do espetáculo, no chão, é riscado coletivamente. Ao fim da preparação, formam um círculo, encostam as cabeças uns nos outros e gritam o nome da banda.

Carregando instrumentos, o grupo sobe no palco escuro, cobertos por vestimentas coloridas. As luzes se acendem lentamente. Dão início ao show com uma apresentação da música tema que compuseram em homenagem ao festival. Parahyba, Elane e Amanda, responsáveis pelos vocais, se colocam à frente. No meio, Rafael e José tocam tambores. Ao lado, Cícero domina o contrabaixo enquanto Danilo toca guitarra. Atrás, Kassia e Airton batem, respectivamente, num timbal e num tambor. No canto, George toca bateria.

Aos poucos, o público vai aumentando. As pessoas deixam os quiosques e barraquinhas e caminham pela praia em direção àquele canto animado e aos artistas pintados. A banda dá prosseguimento ao show com “Pra Quebrar Tabu”, pulando como loucos ao ritmo da percussão. Cantada por Elane, “Maluco Beleza”, de Raul Seixas, dá oportunidade para a garota demonstrar seu talento natural para o canto e para a dança, deslizando pelo palco, encara e sorri para os membros da banda. Ajoelhando-se em frente ao público, dialoga com a plateia através da música.

A cadência lenta hipnótica de “Maracatu Noite Azul” dá leveza ao show —Amanda, com encanto e beleza, bate no triângulo enquanto se movimenta de um lado para o outro, acompanhada pelos outros membros. Uma versão em português de “No Woman, No Cry” conquista definitivamente o público jovem enquanto “Cabras da Net”, outra canção autoral do grupo musical, é conduzida pela guitarra de Danilo e pelo baixo de Cícero. O refrão é facilmente aprendido e reproduzido pelas pessoas que estão assistindo.

Na plateia, uma mulher grávida dá palmadinhas na barriga, seguindo o ritmo da percussão, como se procurasse transmitir

a música para o infante ainda não nascido. Jovens dançam freneticamente, levantando os braços e pulando.

Quando a banda chega ao fim da apresentação, o público quer mais. Cativado pelas canções, pede, em coro, para que o grupo volte ao palco e anime a noite por mais alguns minutos. Sorrindo, eles retornam. Parahyba agradece o carinho e dá o mote para que comecem mais outra música. Ao chegarem ao fim, o público pede mais uma. E mais uma.

Depois do terceiro retorno, finalmente, acabam a apresentação. São ovacionados pela maior quantidade de palmas que já receberam. Pela última vez na noite, saúdam a plateia, felizes com um trabalho bem realizado.

Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a banda tem a oportunidade de difundir sua mensagem, exercendo a proposta para a qual foi criada ao levar o som e a cultura da comunidade para o resto da cidade. As palmas, ação de admiração e solidariedade coletiva que dá nome ao grupo, ecoam pela noite, dispersando-se pelos ventos e deslizando pela areia até se dissolver gentilmente nas águas salgadas do mar.

O aplauso solitário é insignificante, até mesmo constrangedor. Mas é um ato potencialmente contagioso. Naquele bater de mãos, o barulho produzido conquista adeptos, impulsionando todos a externarem sua satisfação. Da junção de vontades e impulsos, nasce um gesto que só faz sentido coletivamente, que só existe a partir da união.

Eles tocam pelos moradores que abandonaram suas vidas anteriores para construírem uma nova existência na periferia. Por aqueles que batalharam para melhorar o bairro em mobilizações coletivas. Pelas mulheres da Creche Grande, em uma luta diária para salvar a juventude. Pelos funcionários do Banco Palmas, difundindo a Economia Solidária pelo País. Pelas instituições que modelam o cotidiano da comunidade. Pelos antigos membros da banda. Em memória dos companheiros que caíram, vítimas do tráfico e da criminalidade. Por todos os artistas, artesãos, donas-de-casa, vagabundos, viciados, padres e trabalhadores que já pisaram nas calçadas do Palmeiras, agraciando o bairro com suas narrativas e conexões, palmas e palmeiras construindo um épico sem fim.

A banda já deixou o palco, mas os aplausos ainda persistem.

Bibliografia

- BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular - conjuntura, programas e atores**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- CARVALHO, Genauto de França Filho. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.
- CARVALHO, Genauto de França Filho e SILVA, Jeová Torres. **Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará**. Disponível em: < <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/223>>. Acesso em: 12 ago. 2011.
- CARVALHO, José Jorge de. **Um panorama da música afro-brasileira**. Brasília, Universidade de Brasília, 2000.
- HISSA, Yana Crys e BACELAR, Marcelo Cleiton. **Método para Projeto de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.
- MATTOS, Geísa. **A favor da comunidade – Modos de viver e fazer economia no bairro**. Campinas, Pontes Editores, 2011.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo, Editora Contexto, 2001.
- SEGUNDO, Joaquim, BODINAUX, Pascale e MENEZES FILHO, Ruy. **Favela do Conjunto Palmeiras: Habitando o Inabitável – Memórias de Nossas Lutas (Volume 1)**. Fortaleza, Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques (GRE'T)/Instituto de Memória do Povo Cearense (IMEPEC)/ Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1992.
- SEGUNDO, Joaquim. **O Canal de Drenagem – Memórias de Nossas Lutas (Volume 2)**. Fortaleza, Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, 1998.
- SEGUNDO, Joaquim e MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções. Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2003.
- TELES, José. **Do Frevo ao Manguebeat**. Rio de Janeiro, Editora 34, 2000.
- TUGNY, Rosângela Pereira e QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Músicas Africanas e Indígenas no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

